

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Fellipe Pietrowski Teixeira

**COMO A IDEOLOGIA AFETA A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO
SUL: OS CASOS DA UNASUL E PROSUL**

Santa Cruz do Sul
2022

Fellipe Pietrowski Teixeira

**COMO A IDEOLOGIA AFETA A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO
SUL: OS CASOS DA UNASUL E PROSUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, modalidade monografia, como critério para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Profº. Dr. Bruno Mendelski

Santa Cruz do Sul

2022

Dedico este trabalho a minha companheira de vida Juliana.

Sem ela nada disso seria possível

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos meus pais, e a Ju, pelo incentivo de sempre e por demonstrarem como o conhecimento é chave mestra para a construção de uma vida próspera que há do que se orgulhar. Estendo este agradecimento as minhas irmãs e demais familiares que acrescentaram em minha trajetória.

Ao meu orientador, Dr. Bruno, por ter compartilhado seu vasto conhecimento, pelas aulas durante a graduação e também pela paciência com um orientando tão ansioso. Também agradeço aos professores que tive o privilégio de estar em sala de aula podendo absorver conhecimentos que auxiliaram em minha trajetória enquanto estudante. Em especial à Mariana, ao Rafael, ao Oscar e ao Heron, que sempre promoveram diálogos que enriqueceram as aulas e o raciocínio crítico, visando a busca pela evolução e oportunidade de cada estudante em nossa sociedade.

Agradecimento especial a todos que de alguma forma estiveram ao meu lado e me auxiliaram a evoluir como indivíduo. Em especial ao Thiago, ao Freitas, ao Neny e o Tetteu, meus irmãos de outra mãe, e ao Vitor, companheiro desde o primeiro dia de aula da graduação, obrigado pela parceria em toda essa caminhada de estudos, o mundo é nosso.

Por fim, um agradecimento à Universidade de Santa Cruz do Sul, pela sua estrutura disponibilizada ao longo do curso que mesmo em um período pandêmico manteve as aulas ativas. Assim como todo o conhecimento promovido em sala de aula e demais projetos

*“Everything negative – pressure, challenges – is
all an opportunity for me to rise”*

Kobe Bryant

“Despite the fear, finish the job”

Kobe Bryant

RESUMO

O presente trabalho tem como enfoque apresentar de que forma a ideologia afeta a integração regional da América do Sul, aprofundado em dois projetos de integração na região, a Unasul e o Prosul. Para isso, realiza-se uma análise dos processos de criação dos dois blocos, e também, como ambos estão atualmente. Expondo de que forma os alinhamentos ideológicos impactaram nestes processos. Desta forma, apresenta-se por meio de pesquisa bibliográfica, a evolução da integração regional na América do Sul, além da conceptualização de elementos-chave para a proposta, como a díade entre direita e esquerda (BOBBIO, 2011), complementando-se a partir de, como a política doméstica afeta a política externa (HERMANN, 1990); (HERMANN; HERMANN, 1989), e os conceitos de política externa ideológica e pragmática (GARDINI, 2011). Diante disso, é definido o espectro ideológico dos governantes da Argentina, do Brasil e do Chile de 2008 a 2022, para demonstrar como os alinhamentos ideológicos da região, nesta temporalidade, acarretaram nos processos de criação dos projetos citados. A partir da análise dos alinhamentos ideológicos e de discursos, assim como, os documentos oficiais das instituições, evidencia-se que os projetos foram criados durante convergências ideológicas, no caso da Unasul, foi no período intitulado de Onda Rosa, no alinhamento de governantes de centro-esquerda, e no caso do Prosul, durante a Onda Conservadora, alinhamento de governantes de centro-direita. Assim percebe-se que a ideologia é um fator importante na dinâmica da integração regional, alterando o posicionamento de países e a forma de como a integração será realizada.

Palavras-Chave: Ideologia. Integração Regional. Unasul. Prosul.

RESUMEN

El presente trabajo se centra en presentar de como la ideología afecta la integración regional en América del Sur, profundizando en dos proyectos de integración de la región, la Unasur e el Prosur. Con este propósito, realizarse un análisis de los procesos de creación de los dos bloques, e también, como ambos están actualmente. Exponiendo como los alineamientos ideológicos impactaran en estos procesos. De esta forma, presentarse por medio de búsqueda bibliográfica la evolución de la integración regional en la América del Sur, además de la conceptualización de los elementos básicos para la propuesta, como la dicotomía entre derecha e izquierda (BOBBIO, 2011), complementando a partir de, como la política doméstica afecta la política exterior (HERMANN, 1990); (HERMANN; HERMANN, 1989), y los conceptos de política externa ideológica e pragmática (GARDINI, 2011). Delante de eso, es definido el espectro ideológico de los gobernantes de la Argentina, Brasil y Chile de 2008 a 2022, para demostrar como los alineamientos ideológicos de la región, en esta temporalidad, han conducido en los procesos de creación de los proyectos referidos. A partir de la análisis de los alineamientos ideológicos e de alocuciones, así como, los documentos oficiales de las instituciones, es evidente que los proyectos fueran creados durante convergencias ideológicas, en el caso de la Unasur, fue en el periodo titulado de Marea Rosa, en el alineamiento de gobernantes de centro-izquierda, y en el caso del Prosur, durante la Ola Conservadora, alineamiento de gobernantes de centro-derecha. Así se queda claro que la ideología es un factor importante en el impulso de la integración regional, cambiando el posicionamiento de los países y la forma como la integración se realizará.

Palabras Clave: Ideología. Integración Regional. Unasur. Prosur.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Presidentes da Onda Rosa	42
Quadro 2 –	Projetos em território argentino	46
Quadro 3 –	Projetos entre Argentina e Chile	46
Quadro 4 –	Projetos entre Argentina e demais países	46
Gráfico 1 –	Projetos em território argentino	47
Gráfico 2 –	Projetos entre Argentina e Chile	47
Gráfico 3 –	Projetos entre Argentina e demais países	47
Quadro 5 –	Projetos em território brasileiro	48
Quadro 6 –	Projetos entre Brasil e demais países	48
Gráfico 4 –	Projetos em território brasileiro	49
Gráfico 5 –	Projetos entre o Brasil e demais países	49
Gráfico 6 –	Projetos no Chile	50
Gráfico 7 –	Projetos entre Chile e Argentina	50
Quadro 7 –	Projetos em território chileno	50
Quadro 8 –	Projetos entre Chile e Argentina	50
Quadro 9 –	Presidentes da Onda Conservadora	57
Gráfico 8 –	Projetos em elaboração no Brasil	61
Quadro 10 –	Projetos em elaboração no Brasil	61

LISTA DE ABREVIATURAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAN	Comunidade Andina
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEED	Centro de Estudos Estratégicos em Defesa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COSIPLAN	Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FMI	Fundo Monetário Internacional
IIRSA	Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
ISAGS	Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
Mercosul	Mercado Comum do Sul
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Prosul	Foro para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul
PS	Partido Socialista de Chile
PT	Partido dos Trabalhadores
SIP	Sistema de Información de Proyectos
Unasul	União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Apresentação do Tema	11
1.2	Problema de Pesquisa.....	12
1.3	Hipóteses	12
1.4	Objetivos	12
1.4.1	Objetivo Geral.....	12
1.4.2	Objetivos Específicos	12
1.5	Justificativa.....	13
1.6	Metodologia	14
2	MARCOS TEMPORAIS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	17
2.1	Evolução da Integração Regional na América do Sul.....	17
3	MARCOS TEÓRICOS	21
3.1	Integração regional	21
3.2	Ideologia Política: a díade esquerda e direita.....	22
3.3	Os espectros ideológicos	25
3.4	Política Externa Ideológica e Pragmática.....	33
4	A IDEOLOGIA NA INTEGRAÇÃO REGIONAL	41
4.1	A Onda Rosa	41
4.2	A Unasul.....	43
4.3	A Onda Conservadora	56
4.4	O Prosul.....	58
4.5	A Unasul e o Prosul atualmente	63
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
	REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do Tema

A Integração Regional tem várias definições que para cada teórico se altera de acordo com suas obras. Como uma definição geral, a Integração Regional é a negociação entre Estados, ou a cooperação entre eles, que pressupõe a criação de uma instituição que desenvolva essa negociação, entidade essa que será sempre no âmbito internacional.

O que será exposto neste trabalho trata sobre a importância da Integração Regional, sendo um assunto cada vez mais vital e necessário para as nações que fazem parte do Sistema Internacional, exclusivamente, no que abrange a América do Sul. Esta região composta por 12 países com diversas similaridades, com uma população de mais de 440 (quatrocentos e quarenta) milhões com uma imensa possibilidade de unir-se para diversas finalidades, principalmente a qual é o conceito base do presente trabalho, a integração regional. Logo, é importante compreender que os casos que serão mais explorados no presente trabalho: o Prosul (Foro para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul) e a Unasul (União de Nações Sul-Americanas).

A proposta do presente estudo tem enfoque no âmbito de como a ideologia afeta este processo de integração da região, expondo por meio das análises dos fenômenos explorados e de estudos de conjuntura sobre o tema, o quanto há alterações nos projetos regionais devido as ideologias dominantes, ainda mais, tendo em vista que a alternância política na América do Sul é algo recorrente. Tal recorrência se nota de forma clara a partir do século XXI quando chegou ao poder governos que respondiam as demandas populares e distanciavam-se do paradigma neoliberal formado na década de 1990 em toda região, no geral, isso se traduz em uma nova atividade de Estado nas políticas econômicas e sociais, governantes como Néstor Kirchner, Luiz Inácio Lula da Silva, Hugo Chávez, Evo Morales, entre outros, assim iniciou-se uma etapa em que os governos se distanciavam ou confrontavam o neoliberalismo (MIGUEZ, 2016). Esse alinhamento ideológico marcou a primeira década do século XXI e causou fortes influências na integração regional da América do Sul. Diante disso tem-se a exposição acima como um exemplo da temática do presente trabalho, no qual realiza-se uma demonstração de como a ideologia afeta a integração regional na América do Sul.

Desta forma, tal demonstração se faz por meio de dois projetos regionais, a Unasul e o Prosul. A Unasul criada em 2008, durante o alinhamento de governos de centro-esquerda no fenômeno intitulado de Onda Rosa, instaurou um projeto de integração regional pautada em sua

estrutura institucionalizada e buscando destaque da região em diversos âmbitos de integração perante ao mundo. Após tal projeto, é criado o Prosul, em 2019, em um momento que a América do Sul estava com um alinhamento predominante de governantes de centro-direita, no fenômeno intitulado de Onda Conservadora. Tal projeto alterava a forma que a integração regional estava tomando na região, buscando um enfoque distinto do projeto antecessor, sendo marcado por ter sido a iniciativa que resultou no desmantelamento da Unasul.

Por fim, para demonstrar de forma clara as alternâncias políticas e ideológicas da região, utiliza-se três países: Argentina, Brasil e Chile – os países foram definidos por meio dos valores de seus produtos internos brutos, que somam mais da metade do produto interno bruto da América do Sul. A partir disso, é definido os espectros ideológicos dos governantes dos três países que foram eleitos entre 2008 e 2022, de forma a esclarecer os pontos necessários para esclarecer se a ideologia afeta a integração regional na América do Sul.

1.2 Problema de Pesquisa

Como o alinhamento ideológico influencia a integração regional da América do Sul?

1.3 Hipóteses

De acordo com o que é notável nas últimas eleições para presidente no Brasil e em outros países da América do Sul, a ideologia exerce um fator predominante nas discussões e análises políticas. Portanto, para explorar quais fatores exercem influência na integração regional se faz necessário uma análise do espectro ideológico dos países que estão atuando nesta temática.

Desta forma, levanta-se as hipóteses de: o alinhamento ideológico em comum na América do Sul é um forte propulsor da integração regional. E, também, a política externa ideológica predomina na América do Sul perante o pragmatismo.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Demonstrar se é possível considerar a ideologia em comum como um fator de influência na integração regional na América do Sul no século XXI.

1.4.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar os aspectos cronológicos da evolução da integração regional na América do Sul.
- b) Expor o embasamento teórico do trabalho, a partir do conceito de integração regional, evoluindo para a definição de ideologia e dos espectros ideológicos.
- c) Expor como a política doméstica pode afetar a política externa, e por fim, os conceitos de política externa ideológica e pragmática de Gardini (2011).
- d) Apresentar o contexto de criação da UNASUL e do PROSUL, e como estas instituições encontram-se atualmente.

1.5 Justificativa

Conforme a contextualização apresentada, a temática revela-se importante por ser um tema recente que aborda um conceito que está em foco na sociedade, como a ideologia afeta as políticas externas dos países, tal discussão contemporânea sendo aprofundada para o nível de integração regional age de forma a incentivar as discussões políticas e governamentais de como as ideologias alteram os posicionamentos de tais nações e principalmente os indivíduos que as representam em suas decisões.

Para isso, ao determinar três países da região, sendo eles, Brasil, Argentina e Chile – definidos por meio do valor de seu produto interno bruto (PIB) que somam mais da metade do PIB da América do Sul – a fim de expor possíveis alterações na integração regional da América do Sul devido a ideologia. Sendo assim, exemplificando uma discussão recorrente nos meios de mídia, muitas vezes expresso em opiniões pautadas em achismos ou senso comum, portanto, trata-se de uma discussão apresentada no presente trabalho pautada em abordagens científicas, ampliando a discussão para fatos e não achismos.

Também, demonstra-se um projeto com grande influência no âmbito acadêmico, tanto por abordar uma das temáticas principais e mais discutidas de Relações Internacionais, neste caso, a integração regional, a qual tem grandes aportes teóricos e discussões atuais, quanto, a contemporaneidade da análise realizada. Por ser uma discussão que está em constante mudança, assim sendo necessário que haja estudos constantes sobre esta temática, devendo ser cada vez mais requisitados.

Ademais, o aprofundamento realizado sobre a díade esquerda e direita, eleva a importância do presente trabalho, visto que, aprofunda os conhecimentos em termos científicos de algo presente na atualidade, reforçando o quanto está atual a temática proposta. Propondo

assim, que a leitura deve ser realizada tanto no escopo acadêmico quanto pela sociedade em geral, buscando ser uma temática que atraia interesses de diversos âmbitos sociais.

Desta forma, o presente estudo traz fenômenos recentes e ações que afetam a governabilidade da região, compreender o quanto a ideologia afeta a integração regional, é necessário para a busca de um projeto sólido de integração na América do Sul.

Por fim, ao abordar o tema deste trabalho, há o intuito de ampliar a discussão sobre como a ideologia afeta a integração regional na América do Sul, de tal forma que o presente estudo constitua um fenômeno recente dentro do escopo acadêmico, podendo ser explorado por interessados de qualquer âmbito da sociedade.

1.6 Metodologia

O presente trabalho abordará a integração regional na América do Sul, e como ideologia pode afetar esse fenômeno, para isso o enfoque da análise está em dois projetos de integração recentes, a Unasul e o Prosul. Para esta temática foi escolhida a metodologia do método comparativo, esse método “permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais” (LAKATOS; MARCONI, p. 107, 2003).

Baseado nos pontos destacados de Landman (2003) para o método comparativo: 1) Realizar uma descrição contextual; 2) Desenvolver as classificações conceituais; 3) Testar as hipóteses; 4) Realizar predições. O presente trabalho terá enfoque em dois pontos dos citados acima, a realização de uma descrição contextual e a testagem de hipóteses.

A descrição contextual constitui-se no processo de descrever o fenômeno político a ser analisado (LANDMAN, 2003), enquanto a testagem de hipóteses trata da conclusão perante as hipóteses propostas nesta monografia. A obra de Landman supracitada trata do método comparativo como forma de analisar fenômenos entre países, porém, no presente trabalho, será utilizada para analisar o fenômeno exposto entre dois projetos de integração regional.

Para maior compreensão do fenômeno da integração regional, utiliza-se da pesquisa bibliográfica, se pondo necessário para as reflexões sobre o tema, utilizando deste método, na exposição da evolução da temática exposta acima na América do Sul, utiliza-se autores que especificam tais temas em suas análises como Amado Cervo (2008 e 2016), Leonardo Granato (2015), Monica Herz e Andrea Hoffmann (2004), Alfredo da Mota Menezes e Pio Penna Filho (2006), além do uso de tratados e documentos oficiais. Os pontos de análise cruciais para o trabalho iniciam-se na conceituação de integração regional, dada pelas obras de Monica Herz e Andrea Hoffmann (2004), Leonardo Granato (2015), seguindo para a delimitação teórica do

conceito de ideologia realizada por Bobbio (2011), e também por Matteuci, Pasquino e Bobbio (1998), e ainda a exposição de Charles Hermann (1990), Margeret Hermann (2001) e de ambos (1989), com diversos conceitos, e também o conceito de política externa pragmática e ideológica de Gardini (2011). Por fim, destaca-se a utilização dos tratados e documentos oficiais das instituições aprofundadas na análise do presente trabalho.

A definição dos países a serem analisados foi feita por meio do produto interno bruto (PIB) de cada país no ano de 2021, já que o PIB é um indicador do fluxo de bens e serviços finais produzidos (IBGE, 2022). Demonstrando assim, as atividades econômicas das nações a serem exploradas. Optou-se a escolha do PIB como definidor dos países por ser um índice macroeconômico importante na análise da grandeza e possível influência dos Estados, sendo assim, ponto essencial para o processo de integração regional, associando-se com a temática do presente trabalho. Por ordem de grandeza decrescente, segue os três países com maior produto interno bruto da América do Sul: Brasil (1,61 trilhões de dólares), Argentina (491,49 bilhões de dólares) e Chile (317,06 bilhões de dólares) – os dados foram retirados do site do banco mundial (Banco Mundial, 2022). O PIB destes três países somados é mais da metade do valor do produto interno bruto da América do Sul.

A análise proposta pelo presente trabalho será efetuada dentro da temporalidade do ano de 2008 até 2022. Pois, é uma amostragem temporal que encaixa com a temática, visto o ano de criação dos projetos a serem aprofundados e o tempo de mandato dos governos expostos.

Após a definição dos países e da temporalidade da análise, faz-se mister o posicionamento ideológico de cada governo a ser exposto. Portanto, tal identificação realiza-se por meio de análise de discurso e/ou posicionamentos partidários, assim como, materiais oficiais que expõem a possibilidade de verificar a ideologia dos governantes. Na sequência é exposto os diversos conceitos de como a política doméstica pode afetar a política externa para chegar ao cerne do trabalho que é o conceito de política externa pragmática e ideológica, tudo baseado em pesquisas bibliográficas.

Por fim, o capítulo de análise se inicia por meio de pesquisa bibliográficas para explicitar o fenômeno chamado de Onda Rosa, e o mesmo meio é utilizado para abordar a seção sobre a Onda Conservadora, para isso, utiliza-se autores como Jackeline Ferreira da Costa (2018), Fabrício Pereira da Silva (2015), Tiago Nery, (2016), Juan Bautista Lucca e Esteban Iglesias (2020). Para analisar a Unasul e o Prosul se faz valer tanto de pesquisas documentais, quanto de pesquisas bibliográficas, por meio dos sites oficiais de cada bloco, foi usufruído de seus tratados, declarações e dados oficiais, na parte bibliográfica ressalta-se os autores Lorena

Granja Hernández e Bárbara de Castro Moreira Mesquita (2020), Carolina de Oliveira (2017) e Carlos Ominami (2021).

2 MARCOS TEMPORAIS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

2.1 Evolução da Integração Regional na América do Sul

A idealização de uma integração regional na América do Sul não é recente, se tem documentação de movimentos de integração regional desde o século XIX. Atribui-se a Símon Bolívar a primeira tentativa de integração regional no continente sul-americano, documentado na Carta da Jamaica em 1815, a tentativa de realizar uma integração em toda a América, seriam três federações dispostas no continente, a primeira na região entre a América Central e México, a segunda ao Sul e a terceira ao Norte, com o objetivo de conquistar a independência dos territórios. Bolívar propôs novamente a integração em 1826, no Primeiro Congresso Americano realizado no Panamá, com um projeto que envolvia todo o continente. Agora a intenção era uma união para garantir a independência dos Estados latino-americanos e evitar a reconquista dos territórios pelas potências europeias. Houve mais três reuniões do congresso que por fim não obteve o resultado desejado nos seus projetos de integração (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Os acontecimentos do século XIX, apesar de não terem sido bem-sucedidos, tiveram resultados positivos para a evolução da integração regional no século XX. Assim, inicia-se a exposição de instituições que são importantes na evolução da integração no continente sul-americano. Inicialmente, aborda-se a criação do CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) realizada em 1948 que tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social mediante a cooperação e a integração no âmbito regional e sub-regional (CEPAL, 2000).

Importante destacar a relevância que a CEPAL teve para a integração regional na América do Sul, pois a visão cepalina, partindo das estruturas econômicas, teve em seus trabalhos a ideia de países de centro e de periferia, isso é perceptível na análise de Amado Cervo (2008, p. 14):

O comércio internacional favorecia acumulação de riqueza nos países que exportavam produtos manufaturados e importavam matérias-primas, como também a acumulação de pobreza nos países que faziam o contrário. A divisão entre ricos e pobres, centro e periferia, países desenvolvidos e subdesenvolvidos manter-se-ia enquanto não fosse quebrada por mecanismos que a desfizessem. Os conceitos cepalinos surgiram, portanto, aos dirigentes latino-americanos, uma estratégia política de superação da desigualdade entre as nações.

Desta forma, Granato (2015) expõe que, a integração tem se apresentado como uma alternativa nos países periféricos, como os latino-americanos, para se opor as desigualdades

impostas pelo próprio sistema internacional, tanto em âmbito de desenvolvimento econômico, quanto em termo de inserção autônoma a respeito dos países centrais. Assim, a criação da CEPAL “surge uma nova proposta para promover o desenvolvimento dos países latino-americanos, proposta essa que exerceu grande influência nos anos 50, 60 e finais dos 70” (GRANATO, 2015, p. 36).

A partir disso, como já foi compreendido que a integração é um processo político, com grande influência na política doméstica dos Estados, o contexto nacional afeta diretamente a integração na América do Sul. Portanto, reconhecer a realidade interna do ator que se pretende avaliar é imprescindível. Neste contexto, destaca-se que “o argumento central nos anos 60 que defendia o conceito de integração regional era que favoreceria o desenvolvimento conjunto, em condições de igualdade” (GRANATO, 2015, p. 48). Argumento esse que se consolida na criação da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) em 1960, realizado pela assinatura do Tratado de Montevideu, que envolvia treze países, que são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

O intuito desta associação era criar uma zona de livre comércio entre países da América Latina. Porém, como já é sabido, a ALALC avançou pouco no caminho do livre comércio tendo a compreensão de alguns países acreditarem em uma ideia de integração mais eficiente segundo um modelo tendencialmente “europeu” no plano institucional (ALMEIDA, 2008). De fato, havia a reclamação de que as economias menores, como Equador, Bolívia e Paraguai, não teriam ganhos, após as economias médias, como a Colômbia, Chile e Venezuel passaram a reclamar que a integração beneficiava os “três grandes”, ou seja, Brasil, Argentina e México, por fim, os países reclamantes decidiram criar uma integração sub-regional (PENNA FILHO; MENEZES, 2006).

A partir desta compreensão cria-se o Pacto Andino em 1969, por meio do Acordo de Cartagena, faziam parte de tal acordo, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, que passou a pertencer ao grupo somente em 1973. Havia a pretensão de formular políticas comuns nos mais diversos campos, indo além de somente um projeto comercial, em síntese, os objetivos gerais desta integração previam:

Aumentar o crescimento econômico dos países envolvidos; criar mais empregos; promover desenvolvimento equilibrado e harmônico entre seus membros prevalecendo a cooperação econômica e social; buscar, ao longo do tempo, uma integração regional ou a formação do mercado comum latino-americano; procurar diminuir a vulnerabilidade externa dos países membros; e, por fim, envidar esforços

para melhorar o nível de vida dos habitantes da região (PENNA FILHO; MENEZES, 2006, p. 68).

No entanto, em 1976 o Chile se afasta do Pacto Andino, na época com o governo de Augusto Pinochet, que afirmava que sua saída se dava ao fato que o comércio chileno era maior com o resto do mundo, portanto, não havia incentivo para fazer parte desta integração, mas, talvez o motivo tenha sido político (PENNA FILHO; MENEZES, 2006). Afinal, após a derrubada do governo de Salvador Allende em 1973, o Chile passava por um forte período ditatorial comandado por Pinochet, assim, devido a orientação nacionalista e autárquica dos regimes autoritários que controlavam a política nacional em diversos países da região, somente com a volta da democracia em meados dos anos 1980, foi possível retornar com os processos de integração, desta vez com caráter específico, marcados por serem integrações sub-regionais (ALMEIDA, 2008). Cabe destacar que atualmente o Pacto Andino, atualizou-se para a formação da Comunidade Andina (CAN) e a ALALC, evoluiu para ser estruturado a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 1980.

Este cenário lento da integração na América do Sul foi alterado no final da década de 80, com o fim dos períodos autoritários nos países influentes da região – Brasil, Argentina e Chile – e o começo de políticas neoliberais na região, surgiu novos esquemas de integração regional que permaneceram hegemônicos durante mais de dez anos (GRANATO, 2015). A nova forma de integração que evoluía tinha como objetivo central a liberalização comercial. Objetivo que é refletido diretamente na criação de órgãos que até hoje são instituições que atuam no âmbito da integração regional, como o Mercosul (Mercado Comum do Sul) e a CAN (Comunidade Andina).

O Mercosul se tornou notável por sua evolução, já que, o Tratado de Assunção – tratado que originou o órgão – tinha propósitos políticos evidentes, afinal, o tratado só incluiu compromissos na esfera comercial, estabelecendo critérios e os prazos do programa de liberalização comercial (HERZ; HOFFMANN, 2004). Assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, os quatro países se propunham a criar um mercado comum até 1994. O tratado prevê diversos pontos a se destacar, como a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, também a eliminação de barreiras alfandegárias e a livre movimentação de mercadorias entre os membros integrados, é estabelecido a intenção de adotar uma política comercial comum frente a outros países, assim como, está previsto a coordenação das políticas fiscais, monetárias, cambiais, de comércio exterior e de capital, além da coordenação de políticas macroeconômicas e a existência da tarifa externa comum a ser aplicada aos países não membros (PENNA FILHO; MENEZES, 2006). Em resumo, o Mercosul é um projeto

ambicioso para a integração regional, criado em um contexto de crescimento da participação no Sistema Internacional dos países da América do Sul.

Ainda houve, ao longo da década de 90 o estabelecimento da estrutura jurídica do órgão, pelo Protocolo de Ouro Preto de 1994, portanto, somente a partir da implementação deste protocolo que se torna possível falar no Mercosul como organização internacional (HERZ; HOFFMANN, 2004). Por fim, destaca-se o caráter democrático do Mercosul, que é instituído ao órgão pelo Protocolo de Ushuaia de 1998, que entrou em vigor em 2002. Tem em seu primeiro artigo “A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do Protocolo” (BRASIL, 2002, n.p.). Os estados partes deste protocolo são: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile. Os fatos nesta fase descrita do Mercosul são correlativos com o final do século XX, marcado por mudanças políticas, autoritarismos e crises econômicas, este período chegou ao final marcado por otimismo nos processos integracionistas.

O século XXI inicia-se com o reflexo deste otimismo, a região passou por uma mudança de paradigma a dinâmica neoliberal se exauriu em uma década e os países da América Latina iniciaram o século a procura de um novo destino (CERVO, 2016). Estas mudanças ideológicas acontecem em definitivo no Brasil e Argentina, houve um relançamento no processo de integração nos governos de Luis Inácio Lula da Silva e Nestor Kirchner, ambos ex-presidentes destacaram a importância da integração, priorizando esta medida em suas políticas externas. Por conseguinte, é destacado por Amado Cervo (2016) que no século XXI, toma impulso a integração da América do Sul, principalmente com a criação da Unasul. Destarte, é evidente que o século XXI mudou as perspectivas da integração regional, o que demanda novas explicações. Frisa-se o autor Granato (2015) que expõe que os preceitos neoliberais tiveram uma regressão na política doméstica do continente, portanto, a região vivencia uma nova etapa com a criação da Unasul. Por conseguinte, é necessário compreender a integração regional como efeito de longo prazo e não linear, que experimente avanços e recuos, e de se obterem respostas a partir de enfoque que incorpore os postulados do pensamento latino-americano de integração (GRANATO, 2015).

3 MARCOS TEÓRICOS

3.1 Integração regional

A integração regional é um fenômeno complexo de ser analisado, há diversas visões teóricas que aprofundam esta temática, isto torna-se perceptível na abordagem teórica das análises, desde teorias clássicas como o liberalismo, realismo e construtivismo, como em teorias produzidas especificamente para compreensão dos processos regionais, com enfoque específico na temática. Desta forma é perceptível como a integração regional é um fenômeno polissêmico, seus estudos avaliam diversos fatores e circunstâncias que estão em direta mutação o tempo todo (MESQUITA, 2019).

Para aprofundar o arcabouço teórico do presente trabalho é necessário discorrer da compreensão de Mônica Herz e Andrea Hoffmann (2004) sobre integração regional

A integração pode ser definida como um processo ao longo do qual atores, inicialmente independentes, se unificam, ou seja, se tornam parte de um todo. Os atores envolvidos em um processo de integração podem ser classificados segundo dois critérios. Primeiramente, podem ser governamentais ou não governamentais, ou seja, serem representantes de governos, ou da sociedade civil. Em segundo lugar, podem ser nacionais, subnacionais ou transnacionais (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 168).

Com esta definição torna-se mais claro como o estudo da integração regional não é um processo único, mas sim, um amplo campo de análises. Este conhecimento vai ao encontro da compreensão de Granato (2015), o autor expõe que o processo de integração regional não se trata de um processo simples, uma vez que, a integração “implica também o aprender a “ceder” entre os Estados membros com interesses nacionais divergentes, e que podem discordar sobre a forma ou modelo de integração, frente ao objetivo comum do bloco” (GRANATO, 2015, p. 32).

Logo, há divergências políticas nos processos integracionistas algo natural em movimentos conjuntos que alteram o tabuleiro de poder reconfigurando assim o sistema internacional reforçando assim que “a oferta de integração é um ato de vontade política” (MESQUITA, 2019, p. 14), já que os atores envolvidos no processo devem obter alguma vantagem, afinal a integração justifica-se pelo fim maior, este fim pode ser entendido de diversas formas. Na compreensão do Granato (2015) seria a cooperação para o desenvolvimento, para Herz e Hoffmann (2004) é um processo dinâmico das relações entre atores levando a criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo

regional, deixa-se claro que os processos de integração regional não precisam necessariamente “gerar” uma organização regional conforme as próprias.

Por fim, destaca-se que a integração regional pode englobar diversas áreas como a econômica, social, político institucional, assim há de compreender-se que o escopo das atividades de cooperação de uma organização de integração regional é bastante amplo (HERZ; HOFFMANN, 2004). Sendo assim, a integração regional exposta nesse trabalho, seguindo os conceitos e autores supracitados, será a explanação sobre a Unasul e o Prosul, exemplos sólidos deste movimento na América do Sul.

3.2 Ideologia Política: a díade esquerda e direita

Ao realizar uma análise da integração regional na América do Sul, por meio comparativo de dois projetos realizados em temporalidades distintas, torna-se necessário compreender o posicionamento ideológico dos governos expostos como enfoque da análise. Para tal definição, necessita-se explorar o conceito de ideologia, que por sua vez é amplo, logo, é fundamental haver uma delimitação teórica com o objetivo de orientar o presente trabalho.

Inicia-se expondo que não há outra palavra que possa ser comparada à ideologia pela frequência com a qual é empregada e pela gama de significados diferentes que lhe são atribuídos (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 1998), portanto, ninguém propôs uma definição única para ideologia, porque o termo tem uma série de significados convenientes, tentar comprimir em uma única definição abrangente seria inútil (EAGLETON, 1997). Assim, ter uma definição única para tal termo é inviável, logo, expõe-se alguns conceitos baseado na obra “Ideologia” de Terry Eagleton (1997), que se faz destaque ao refletir sobre o que a ideologia significa:

a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social; b) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social; c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; [...] g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; [...] k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; l) conjunto de crenças orientadas para ação; [...] o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; (p. 15).

Desta forma, ao expor diversas afirmações sobre o que a ideologia pode significar, demonstra-se a importância da delimitação teórica para a discussão.

Logo, apresenta-se o conceito de ideologia fraca que foi exposta na obra “Dicionário de Política” realizada pelos autores Norberto Bobbio, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino (1998) em busca de iniciar a delimitação necessária para o presente trabalho. Tal conceito

aborda a espécie diversamente definida dos sistemas de crenças políticas, como, um conjunto de ideias e valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos, assim, a ideologia faz-se de um conceito neutro, o qual prescinde de caráter eventual das crenças políticas (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, p. 585, 1998).

Deste modo, conforme expostos pelos autores citados acima, a ideologia fraca associa-se diretamente com a análise de ideologia proposta do trabalho, afinal, para definir tal espectro ideológico dos países, apoia-se diretamente na crença política de cada uma, seja da sociedade que elegeu tal representante político, ou no próprio indivíduo que está em posse do cargo. Sustenta-se também o uso do conceito acima para o presente trabalho, por ser um dos exemplos na obra já citada, conforme os autores, a ideologia fraca é encontrada na interpretação dos vários sistemas políticos e na análise comparada dos diversos sistemas. Além disso, é também encontrado na investigação empírica de averiguação dos sistemas de crenças políticas como se apresentam nos estratos politizados ou na massa dos cidadãos (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, p. 585, 1998).

Seguindo o processo de delimitação teórica, devemos pautar a díade “direita” e “esquerda”, espectros ideológicos que são corriqueiramente utilizados em discussões e análises políticas. Aprofundar tal dicotomia, é algo vital para não haver distorções de conceitos e definições das ideologias políticas das nações a serem analisadas. Os termos “direita” e “esquerda” são empregados a mais de dois séculos para designar o contraste entre as ideologias que se divide o universo de conflitos de pensamento e das ações políticas (BOBBIO, 2011). Conforme, Silva (2014), que aborda como essa dicotomia é abordada no Brasil:

A ciência política brasileira endossa o uso da terminologia esquerda e direita, mas não é grande a ocorrência de discussão sobre qual é a definição de cada um desses espectros ideológicos. A linha adotada muitas vezes é a de que essa filiação ideológica não tem um significado próprio, é um sentimento e o eleitor subjetivamente sabe se é de direita ou de esquerda (p. 151).

Assim, compreende-se que se faz mister a delimitação teórica sobre a díade entre esquerda e direita, para isso, retoma-se a obra de Norberto Bobbio (2011), o livro “Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política”, no qual é expandido diversos conceitos sobre a dicotomia ideológica que se faz essencial para o presente trabalho. Encontra-se na obra citada a visão de que “direita” e “esquerda” são termos excludentes e exaustivos, ou seja, excludentes pois nenhum movimento pode ser de direita e esquerda simultaneamente, e exaustivos pois um movimento pode ser apenas de direita ou de esquerda (BOBBIO, 2011).

Tais conceitos expõe um possível questionamento iminente: e os movimentos de centro, seja centro-esquerda ou centro-direita? Para isso, o próprio Bobbio segue em sua obra com o conceito do “Terceiro Incluído”, este conceito é uma visão que inclui entre os dois lados ideológicos um espaço intermediário que, conforme o autor, “não é nem de direita e nem de esquerda, mas está entre uma e outra” (BOBBIO, p. 53, 2011). Eis que tal conceito é vital para o processo de análise ideológica, afinal, não é somente de extremos que a política da América do Sul é feita, seria uma conclusão extremamente superficial dividir as políticas estatais em somente dois pontos, os quais tem diversas variáveis entre eles.

A compreensão do terceiro incluído faz jus para a delimitação teórica proposta no capítulo, já que, de acordo com o exposto pelo próprio Bobbio (p.54, 2011).

a visualização deste espaço intermediário torna possível uma compreensão mais articulada do sistema, já que permite distinguir um centro mais vizinho da esquerda, ou centro esquerda, e um centro mais vizinho da direita, ou centro-direita, e do mesmo modo, no âmbito da esquerda, uma esquerda moderada que tende ao centro e uma esquerda extrema que ao centro se contrapõe, e igualmente, no âmbito da direita, uma direita atraída pelo centro e uma direita que dele se afasta a ponto de se contrapor em igual medida tanto ao centro quanto à esquerda.

Assim, a compreensão do conceito supracitado é primordial para a sequência da delimitação teórica do trabalho, pois mesmo que se pontue pontos de “esquerda” e “direita” é sabido que há meios intermediários e não se deve manter na dicotomia ideológica de ser um ou outro completamente.

Logo, expor as definições de “homem de direita” e “homem de esquerda” propostas por Dino Cofrancesco, é trazer a discussão teórica e conceitual para proximidade prática, já que, Cofrancesco conceitua o homem de direita como

Aquele que se preocupa, acima de tudo, em salvaguardar a tradição; enquanto o homem de esquerda, ao contrário, é aquele que pretende, acima de qualquer outra coisa, libertar seus semelhantes das cadeias a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe etc. (COFRANCESCO, 1975, p.403 apud BOBBIO, 2011, p.97).

Portanto, é perceptível como a visão de diversos autores sobre ideologia passa pelo ideal de igualdade, tanto que, a visão de Bobbio (2011, p. 121) passa pelos conceitos de igualitário e inigualitário,

O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis.

Com o discernimento conceitual acima, e sabendo que o critério que Bobbio utilizou para diferenciar a direita da esquerda foi a ideia de igualdade, além disso, o critério do autor para distinguir a ala moderada da ala extremista foi a diferente postura diante da liberdade (BOBBIO, 2011). O autor esquematizou os espectros ideológicos onde pode ser posto as doutrinas e movimentos políticos em quatro pontos conforme expostos abaixo:

a) Na extrema-esquerda estão os movimentos simultaneamente igualitários e autoritários [...] b) no centro-esquerda, doutrinas e movimentos simultaneamente igualitários e libertários, [...] nela compreendendo todos os partidos social-democratas em que pesem suas práxis políticas c) no centro-direita, doutrinas e movimentos simultaneamente libertários e inigualitários, entre os quais se inserem os partidos conservadores, que se distinguem das direitas reacionárias por sua fidelidade ao método democrático [...] d) na extrema-direita, doutrinas e movimentos antiliberais e anti-igualitários, dos quais creio ser supérfluo indicar exemplos históricos bem conhecidos como o fascismo e o nazismo (BOBBIO, 2011, p.134-135).

Portanto, estes quatro espectros ideológicos são de suma importância para a compreensão do posicionamento ideológico dos governantes dispostos como essenciais para a análise deste trabalho os quais estão apresentados no título subsequente.

3.3 Os espectros ideológicos

Diante da delimitação teórica necessária, cabe para a evolução do trabalho, sintetizar os posicionamentos políticos ideológicos dos governos dos três países que serão expostos, o Brasil, a Argentina e o Chile, a definição destes países foi realizada por meio do produto interno bruto de cada um, já que somados são mais da metade do PIB da América do Sul. Assim, inicia-se a definição dos espectros ideológicos pelos governos do Brasil, sendo eles o de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011), Dilma Rousseff (2011 – 2016), Michel Temer (2016 – 2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2023).

A ideologia do governo de Lula e Dilma são iguais, visto que, são representante do mesmo partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), que no primeiro artigo de seu estatuto está o seu posicionamento ideológico

O Partido dos Trabalhadores é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático (PT, 2017, p.3).

Conforme já exposto no presente capítulo, movimentos sociais-democratas se encaixam no espectro de centro-esquerda. E ainda, a presidente Dilma Rousseff, em seu discurso de posse do cargo, proferiu as seguintes palavras:

Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu nos tempos recentes. Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva [...] A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo. (DILMA, 2011, n.p.).

Portanto, fica claro o posicionamento ideológico no espectro de centro-esquerda dos dois governantes.

Já o ex-presidente Michel Temer encaixa-se em uma definição ideológica especial, afinal, ele foi empossado, em 31 de agosto de 2016, após o processo de impeachment de Dilma Rousseff ser aprovado pelo senado. Representante do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), antigo PMDB, era vice-presidente de Dilma Rousseff e tornou-se presidente conforme manda a carta magna brasileira em seu artigo 79 “Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente” (BRASIL, 1988).

O MDB é regido por seu estatuto o qual está listado os seus princípios, destaca-se o artigo 2º que demonstra seu posicionamento.

O MDB exerce suas atividades políticas visando à realização dos objetivos programáticos que se destinam à construção de uma Nação soberana e a consolidação de um regime democrático, pluralista e socialmente justo, onde a riqueza criada seja instrumento de bem-estar de todos (MDB, 2022, n.p.).

Desta forma, não é possível concluir assertivamente o posicionamento ideológico do partido que popularmente é conhecido como centrista. Mas a fama popular do partido é relatada ao ser analisado o posicionamento de representantes partidários no século XXI, visto que, aderiu às campanhas de José Serra (2002) e Dilma (2010 e 2014), com candidatos a vice-presidente, e lançou candidato próprio à presidência em 2018 o Henrique Meirelles, sendo assim, evidencia-se o caráter centrista do partido, já que, nos programas deste século que o MDB participou, um é de centro (2002), dois de centro-esquerda (2010 e 2014) e um de centro direita (2018) (MENDES; GRAÇA, 2020).

Logo, torna-se inviável definir a postura ideológica por meio partidário de Michel Temer, cabe apontar algumas ações em seu governo que foram defendidas por Temer como a necessidade de reformas estruturais, e o projeto de reforma trabalhista, com o intuito de aumentar a competitividade do país, o qual foi aprovado, com forte oposição do PT (SILVA,

2019). Além disso, Temer teve apoio dos grupos que defenderam o processo de impeachment, conseguindo assim, avançar suas demandas, recebendo em média 66% do apoio da Câmara dos Deputados para seus principais projetos (MATSUI, 2018). Junto aos fatos apontados acima, destaca-se um ponto de seu discurso de posse como presidente interino:

O Brasil, meus amigos, vive hoje sua pior crise econômica. São 11 milhões de desempregados, inflação de dois dígitos, déficit quase de R\$ 100 bilhões, recessão e também grave a situação caótica da saúde pública. Nosso maior desafio é estancar o processo de queda livre na atividade econômica, que tem levado ao aumento do desemprego e a perda do bem-estar da população. Para isso, é imprescindível, reconstruirmos os fundamentos da economia brasileira. E melhorarmos significativamente o ambiente de negócios para o setor privado. De forma que ele possa retomar sua rotação natural de investir, de produzir e gerar emprego e renda. De imediato, precisamos também restaurar o equilíbrio das contas públicas, trazendo a evolução do endividamento no setor público de volta ao patamar de sustentabilidade ao longo do tempo. Quanto mais cedo formos capazes de reequilibrar as contas públicas, mais rápido conseguiremos retomar o crescimento (TEMER, 2016, n.p.).

Esse apoio que foi recebido por Michel Temer dos movimentos opositores do governo de Dilma Rousseff, somados ao seu discurso e a exposição acima, nota-se que houve uma mudança de planejamento nas ações de seu governo, inclusive ressaltando as falhas do governo antecessor, cabe sim questionar essa mudança do ponto de vista que ele foi vice-presidente desde o início do mandato de Dilma em 2010 associando-se assim a sua ideologia, porém, mais importante que a definição ideológica de Michel Temer, é compreender que houve uma mudança ideológica na política brasileira a partir deste processo de impeachment. Portanto, Temer está no espectro de centro-direita, devido as mudanças de paradigma realizados a partir de seu governo.

Após o governo de Michel Temer, é eleito para o cargo de presidente Jair Bolsonaro, que ganhou notoriedade ao alinhar-se com forças emergentes, inclusive o movimento chamado de antipetismo, corrente de oposição aos governos anteriores de Lula e Dilma (SILVA; LIMA, 2021). Ele fez questão de expor seu posicionamento contra os últimos governos no discurso de posse, quando está a pautar a construção de uma nação mais justa e desenvolvida, Bolsonaro fala em referência aos mandatos petistas ao convocar os congressistas para “me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica” (FOLHA, 2019, n.p.), ainda em outro ponto de seu discurso se posiciona contra o governo antecessor, requisitando “a ruptura com práticas que se mostram nefastas para todos nós, maculando a classe política e atrasando o progresso. A irresponsabilidade nos conduziu à maior

crise ética, moral e econômica de nossa história” (FOLHA, 2019, n.p.). Para confirmar seu espectro ideológico, recorremos a Barros (2019, p. 28) que conclui que

Foi o primeiro discurso inaugural de um presidente eleito em que não há nenhuma referência ao combate à pobreza e a saúde pública. E, apesar de mencionar as demais necessidades básicas da população, tais como, a educação, a segurança, não detalha com precisão sobre as políticas públicas direcionadas a elas. Além do mais, há muita pretensão de defender o tradicionalismo e reconstruir os valores da família, o que demonstra por si só que o discurso de Bolsonaro é, propositalmente, de direita.

Portanto, torna-se perceptível o espectro ideológico de Bolsonaro, que para encaixar-se na delimitação teórica proposta no presente trabalho, é definido como centro-direita.

Para a sequência do trabalho é conceituado os governos argentinos que fazem parte da análise, o governo de Cristina Kirchner (2007 – 2015), Mauricio Macri (2015 – 2019) e Alberto Fernández (2019 – Atual).

De forma similar ao já exposto sobre os governos brasileiros de Dilma e Lula, Cristina Kirchner foi um movimento complementar ao de Néstor Kirchner, afinal, os dois candidatos representaram o mesmo partido político o *Frente para la Victoria* que foi uma ala do partido Justicialista, que por sua vez, é o partido criado pelo Juan Domingo Perón. Logo, pode-se apoiar na ideologia peronista a definição do espectro ideológico dos dois candidatos que criaram um movimento compreendido atualmente como Kirchnerismo.

A importância do falecido ex-presidente Néstor Kirchner é evidente no partido Justicialista, ao abrir o site oficial do partido, a frase que estampa a capa do site é de autoria dele “*No pasarán a la historia aquellos que especulen, sino los que más se la jueguen*” (PJ, s.d.). Assim, conforme o site do partido, as ideias que o peronismo sustenta podem ser resumidas em três bandeiras “a soberania política, a independência econômica e a justiça social” (PJ, s.d., n.p, tradução nossa) por justiça social podemos compreender “a igual dignidade de todas as pessoas sem distinção alguma por classe social, etnia, gênero, idade ou nacionalidade” (PJ, s.d., n.p., tradução nossa).

Portanto, pautando as ideias peronistas, e com a compreensão que o partido Justicialista segue o movimento como foi idealizado pelo seu criador, já fica claro que o espectro ideológico é o de centro-esquerda. Além do mais, Néstor Kirchner era crítico do governo de Carlos Menem (1989 – 1999) que foi marcado pelo neoliberalismo econômico, conforme afirmação de Vianini (2012, p. 57) Carlos Menem “seguiu parte dos postulados neoliberais [...] estes postulados seriam responsáveis, na visão de Menem, e das instituições financeiras, pela solução de todos os problemas econômicos argentinos”, a crítica de Néstor em seu discurso de posse se resume

a seguinte frase: “em uma prática que não deve repetir-se, era muito difícil distinguir a solução pragmática de uma cirurgia sem anestesia” (KIRCHNER, Néstor, 2003, n.p., tradução nossa). Por fim, somado ao exposto acima, a concordância no discurso de Cristina Kirchner pelo posicionamento do ex-presidente Néstor Kirchner

Este é um cenário diferente (cenário de sua eleição) daquele de apenas quatro anos e meio, o 25 de maio de 2003. O presidente, que está sentado à minha esquerda (Néstor Kirchner), junto a todos os argentinos mudou nestes quatro anos e meio esse cenário que tínhamos em 25 de maio. O fez em nome de suas convicções que são as minhas e de muitíssimos argentinos (KIRCHNER, Cristina, 2007, n.p., tradução nossa).

Conclui-se que o posicionamento de Cristina Kirchner é o de centro-esquerda.

Após o governo de Cristina Kirchner é eleito ao cargo de presidente Mauricio Macri em 10 de dezembro de 2015 com 51,34% dos votos (ARGENTINA, 2022a) foi eleito representando a coalizão política chamada de *Cambiamos* que conforme Tagina (2018, p.27) o programa de governo da coalizão

Não se mostrou como um típico dos partidos de direita europeus, ou ainda do Partido Republicano, senão mais pragmático, capaz de adaptar-se as exigências que impõe um contexto eleitoral e, também, uma sociedade civil, política e culturalmente distinta da de décadas atrás (tradução nossa).

Com a aliança formada como oposição a coalizão de Daniel Scioli, mesma coalizão que elegera Cristina Kirchner, Macri fez questão de posicionar-se em seu discurso de posse diversas vezes como oposição ao governo antecessor, até em momentos em que está declarando que espera uma união do país sem divisões partidárias ou ideológicas, ele fez questão de pontuar suas críticas indiretas

Podemos pensar de forma distinta, mas a lei deve ser respeitada, uma coisa é ter visões distintas, ideias e propostas, outra é subjugar as instituições com projetos personalistas ou fazer uso do poder em benefício próprio, aqui não há uma questão de opiniões diversas, se trata de transgressão da lei. O autoritarismo não é uma ideia distinta, é o propósito de limitar a liberdade das ideias e das pessoas. Este governo vai saber defender essa liberdade que é essencial para a democracia (MACRI, 2015, n.p., tradução nossa).

Ainda, Macri, em seu discurso de posse, ao elogiar o poder judiciário do país, retoma a pauta do autoritarismo

Quero aproveitar esta mensagem inaugural para expressar também meu total apoio para a justiça independente. Nestes anos um baluarte da democracia, e impediu que o país caísse em um autoritarismo irreversível. Em nosso governo não haverá juízes

macristas, não existe justiça nem democracia sem justiça independente (MACRI, 2015, n.p., tradução nossa).

Portanto, fica claro o tom de oposição ao governo antecessor, e conforme os expostos, é possível definir o governo de Mauricio Macri como centro-direita.

Por fim, falta definir o espectro ideológico do atual presidente da Argentina Alberto Fernández eleito em 2019 representante da coalizão *Frente de Todos* com 48,24% dos votos (ARGENTINA, 2022b), derrotando a chapa de Mauricio Macri, e ainda, com a Cristina Kirchner como vice-presidente.

Ter a Cristina como sua vice condiz diretamente com o viés ideológico de Fernández, afinal, sua coalizão é uma ala do partido justicialista, assim como a coalizão que elegeu Cristina Kirchner, já que o *Frente de Todos* se formou baseado em diversas correntes do peronismo, sendo o Kirchnerismo o componente central do pensamento desta coalizão, devido a relevância de Cristina Kirchner que matinha uma alta intenção de votos (CANTAMUTTO; SCHORR, 2022). Sendo assim, sofrendo fortes influências do legado de Néstor Kirchner como já demonstrado anteriormente na grandeza do ex-presidente para os peronistas.

Néstor que é citado no discurso de posse realizado por Alberto Fernández nas quais destacam-se duas passagens: uma conjunta com uma forte crítica ao governo antecessor de Mauricio Macri

Quero que todos compreendamos que o governo que acaba de terminar seu mandato deixou o país em uma situação de omissão virtual. Por momento sinto estar transitando no mesmo labirinto, que pegou a Néstor e a mim no ano de 2003 e de onde conseguimos sair somente com o esforço do conjunto social (FERNÁNDEZ, 2019, n.p., tradução nossa).

E uma homenagem direta ao ex-presidente: “Permitam-me também recordar nesta hora a três pessoas que me marcaram a vida [...] quero recordar a Néstor Kirchner, que em 2003 me permitiu participar da maravilhosa aventura de tirar a Argentina da prostração” (FERNÁNDEZ, 2019, n.p., tradução nossa). Ainda houve um agradecimento para sua vice-presidente “quero terminar agradecendo profundamente a generosidade e destacar a visão estratégica que nossa vice-presidente, Cristina Fernández de Kirchner, expressou neste momento da Argentina” (FERNÁNDEZ, 2019, n.p., tradução nossa).

Por fim, conforme a exposição realizada, cabe à conclusão que o espectro ideológico que o atual presidente argentino Alberto Fernández faz parte é o de centro-esquerda.

Avançando para os governos chilenos que serão parte do enfoque do trabalho, está o Michelle Bachelet (2006 – 2010), Sebastián Piñera (2010 – 2014), e novamente, Michelle

Bachelet (2014 – 2018) e Sebastián Piñera (2018 – 2022). Como os dois governantes tiveram mandato distintos, será definido somente uma vez o espectro de ambos, já que, o posicionamento ideológico dos governantes não houve alteração notável.

Inicia-se a definição ideológica pelo governo de Michelle Bachelet, a candidata foi eleita em 2006 no segundo turno – contra o adversário Sebastián Piñera – com 53,50% dos votos (CHILE, s.d.a). Bachelet inicia sua trajetória política como militante do Partido Socialista de Chile (PS), partido que ela representou ao ser eleita. Devido a sua militância foi detida na ditadura de Pinochet em 1975, sendo posta em liberdade ainda no mesmo ano e buscando exílio na Austrália. Ao retornar ao país em 1979 retomou a vida política e chegou a ser ministra da saúde e da defesa no governo de Ricardo Lagos (BCN, s.d.a).

Lagos foi o governante antecessor de Michele Bachelet, também era representante do Partido Socialista que tem em sua declaração de princípios o posicionamento ideológico partidário

O Partido Socialista de Chile se inspira em o humanismo socialista, que se nutre das diversas expressões de pensamento crítico do capitalismo. Assume como método de interpretação da realidade o marxismo crítico [...] O Partido Socialista de Chile é um partido popular e de esquerda, autónomo, democrático e revolucionário, enquanto persegue uma mudança social profunda (PS, 2016, p. 1, tradução nossa).

Além disso, cabe expor que Ricardo Lagos redigiu a obra intitulada “Dos conceptos clave de la renovación socialista em Chile” onde ele discorre que “fazer socialismo no Chile, hoje, é buscar um caminho claro para derrotar a ditadura e reestabelecer a democracia” (LAGOS, 1989, p.1, tradução nossa). Bachelet guarda altas considerações do ex-presidente até citando-o em seu discurso de posse

Minha gratidão especial com outro cidadão ilustre, Ricardo Lagos. Que grande orgulho sentimos todos os chilenos hoje, ao te ver sair deste palácio, ovacionado por seu povo. Sim, amigos e amigas, aplaudam mais forte, porque quando aplaudimos a um presidente que cumpriu bem sua tarefa estamos aplaudindo a toda a república! (BACHELET, 2006, n.p., tradução nossa).

Portanto, conforme a exposição acima, é factível a conclusão de que o espectro ideológico identificado com Michele Bachelet é o de centro-esquerda.

Por fim, cabe realizar a definição do espectro ideológico de Sebastián Piñera, o ex-presidente chileno que foi eleito no segundo turno nas eleições de 2009 com 51,61% dos votos (CHILE, s.d.b) para início do mandato em 2010 e também eleito nas eleições de 2017 com 54,57% dos votos para o mandato de 2018 a 2022 (CHILE, s.d.c). Foi eleito pela primeira vez

pela coalizão política intitulada de *Coalición por el Cambio* criada em 6 de maio de 2009 para apoiar a candidatura do seu porta-bandeira de direita Sebastián Piñera (BCN, s.d.b), corroborando este posicionamento ideológico estão os veículos de imprensa pelo mundo como a AP News que intitula sua reportagem com “Chile gira a direita com a assunção de Piñera” (VERGARA, 2018, n.p.) ou o G1 (2017, n.p.) que relata que “Sebastián Piñera, ex-presidente conservador e representante da coalizão de centro-direita”. Piñera realizou um discurso em 2010 onde demonstrou sua relação de cordialidade aos ex-presidentes chilenos, inclusive seus opositores, onde ele declara:

Quero recordar também aqueles homens e mulheres que me antecederam neste cargo, comandando com patriotismo, lealdade e honra os destinos de nosso país. Em especial aos ex-presidentes que ainda nos acompanham: Patricio Aylwin, Eduardo Frei, Ricardo Lagos e Michelle Bachelet. A todos eles nos rendemos hoje em um sentido de homenagem (PIÑERA, 2010, n.p.).

Porém, mesmo com a relação cordial, o ex-presidente em seu discurso teve declarações que podem ser interpretadas como indiretas ao governo antecessor de Michelle Bachelet, algumas falas são destacadas abaixo:

Esta é a nova forma de governar. Nos impusemos uma meta e a cumprimos. Quiçá nem sempre possamos alcança-las, mas sempre colocamos nossos melhores esforços e falaremos aos chilenos a verdade [...] se antes dizemos que trabalharíamos com sentido de urgência, hoje faremos com pressa. Se antes dizemos que estaríamos próxima das pessoas, hoje assumiremos como próprios seus sofrimentos e angústias. Porque é nisso que consiste a nova forma de governar (PIÑERA, 2010, n.p.).

E por fim, fez uma crítica direta aos governos antecessores ao falar sobre o crescimento chileno

A partir de 98 as coisas mudaram, e para mau. Esse ano iniciamos um grande período de 12 anos de vacas magras. Nossa taxa de crescimento se reduziu ao menos pela metade [...] O crescimento da formação bruta de capital se derrubou a um terço. E nos últimos quatro anos, a produtividade, no lugar de crescer, se contraiu, passando a ser um lastro em vez de um motor de crescimento (PIÑERA, 2010, n.p.).

Por fim, de acordo com Rodriguez (2010, p.6) “a vitória de Piñera, ocorre a primeira alternância democrática, uma vez que significa a chegada da direita ao Palácio de *La Moneda* através das urnas”, primeira alternância democrática porque foi a primeira vez desde a recuperação da democracia que a oposição de partidos de direita chegou ao governo, liderado por Sebastián Piñera (BRIONES; DOCKENDORFF, 2015, tradução nossa). Com toda a exposição acima, fica claro qual o espectro ideológico do ex-presidente supracitado, logo, para

definir dentro das delimitações teóricas realizadas no presente trabalho, Sebastián Piñera localiza-se no espectro ideológico de centro-direita.

3.4 Política Externa Ideológica e Pragmática

Nesta última seção teórica trata-se de expor os pontos que influenciam na política externa dos países e também os conceitos de política externa pragmática e ideológica. Para isso, inicia-se a exposição pela compreensão de que o predomínio de um espectro ideológico, seja ele de centro-esquerda ou centro-direita, não significa a exclusão de seu oposto, afinal, as duas partes continuam a existir simultaneamente, mesmo quando uma ascende politicamente e outra desce (BOBBIO, 2011). Portanto, a compreensão das alternâncias políticas é algo natural no campo democrático, como já demonstrado no capítulo em que foi definido as ideologias dos governantes, cabe agora, expor como essas alternâncias políticas podem ser refletidas na política externa de cada país. Para tal, utiliza-se primeiramente o conceito de unidades de decisão, apresentado por Charles e Margaret Hermann (1989), no qual propõem-se três tipos de unidades de decisão: líderes predominantes, grupos únicos e múltiplos atores autônomos.

Para o presente trabalho, o enfoque será em dois conceitos, o de grupo único que é “um grupo de indivíduos, todos os quais são membros de um único corpo, coletivamente selecionam um curso de ação em interações cara a cara e obtém conformidade” (HERMANN; HERMANN, 1989, p. 363, tradução nossa). E o de múltiplos atores autônomos que são “indivíduos distintos, grupos, ou coalizões que, se alguns ou todos concordam, podem agir pelo governo, mas nenhum por si mesmo tem a habilidade para decidir e forçar o cumprimento dos outros” (HERMANN; HERMANN, 1989, p. 364, tradução nossa).

Para aprofundar a temática cabe destacar que a definição das unidades de decisão e como a política externa pode ser redirecionada, ponto que ainda será explorado, faz-se mister para a compreensão dos conceitos de política pragmática e ideológica, pois conforme Gardini (2011, p. 27, tradução nossa) “a combinação de ideologia e pragmatismo na política externa pode ser influenciada externamente, mas é adotada por tomadores de decisões internas, que em última análise assume a responsabilidade pela escolha”. Portanto, é necessário expor os tomadores de decisões internas para tornar mais compreensível os conceitos a serem detalhados.

Como já exposto acima, nos grupos apresentados, para haver decisões a serem tomadas cabe a ocorrência de problemas, que definido por Hermann (2001, p. 53)

Por problema significa uma percepção de discrepância entre as condições presentes e o que se deseja. Como essa definição implica, problemas são subjetivos. A natureza do problema – e também, quando algum existe – depende da percepção dos atores políticos. Portanto, diferentes atores políticos, e diferentes governos, podem observar o mesmo estado de interesses, mas reconhecer problemas distintos ou nenhum problema (tradução nossa).

Assim, problemas são notáveis quando os atores políticos percebem que algo está errado, seja por necessitar de atenção, ou ser uma oportunidade de ganho para os sujeitos envolvidos. Logo, os problemas que surgem a um governo, é tratado de duas maneiras: ou termina em um limbo sem resolução – seja por ter sido ultrapassada a oportunidade ou pelo ator político não querer lidar com este problema –, ou há uma ou mais decisões –inclusive a decisão de não fazer nada (HERMANN; HERMANN, 1989, tradução nossa).

Compreendido o que são os problemas, avança-se para o que é a decisão realizada nos grupos, mantendo a percepção no artigo de Hermann e Hermann (1989, p 363, tradução nossa)

Se tem uma decisão, é feita por um indivíduo, grupo de indivíduos, ou múltiplos atores que tem ambas habilidades de: a) habilidade de comprometer ou reter os recursos do governo em relações estrangeiras e b) o poder ou autoridade de prevenir outras entidades de dentro do governo de abertamente reverter suas posições sem custos significativos (custos esses que outras entidades estão normalmente indispostas a pagar). Nós referimos a unidade de decisão que tem essas duas características para um determinado problema em um tempo particular como **unidade de decisão final** (grifo nosso).

Também se faz necessário saber que em alguns países a mesma unidade de decisão final pode prevalecer em quase todos assuntos de política exterior, mas também, podem ser alteradas as unidades conforme o problema a ser considerado (HERMANN; HERMANN, 1989).

Com o conceito grifado acima, é possível aprofundar os dois grupos a serem explorados, já que se trata diretamente da unidade de decisão final. Inicialmente, aborda-se o grupo único, que age como unidade de decisão final se todos os indivíduos se alocam para as decisões participativas em um grupo comum e realiza-se as decisões através de um processo interativo entre os seus membros (HERMANN; HERMANN, 1989).

Para isso, a unidade de decisão final do grupo único não precisa ser legalmente ou formalmente estabelecida como agente com autoridade, basta ter na prática, habilidade de fato para comprometer ou reter recursos sem haver intervenção de outra unidade em suas decisões. Também, não se faz necessário para todos os membros do grupo concordarem em todas decisões, ou ter o mesmo peso na formação do grupo (HERMANN; HERMANN, 1989). O exemplo dado pelos autores supracitados é o conselho de segurança nacional dos Estados

Unidos, o qual seria um grupo único, então nota-se o quanto essa unidade de decisão final é comum em governos contemporâneos.

Dando sequência ao aprofundamento para a unidade de decisão final conhecida como múltiplos atores autônomos, são múltiplas entidades – duas ou mais – separadas com estruturas de autoridade independentes, nenhuma delas pode comprometer os recursos do regime governamental sem a concordância de todas ou algumas entidades (HERMANN; HERMANN, 1989).

Para ser classificado como unidade de decisão final o grupo, organização ou indivíduo deve ter capacidade de dar ou reter apoio que, quando combinada com o apoio de outros atores (ou falta do mesmo), é suficiente para determinar onde os recursos do regime serão alocados. Um ator pode bloquear a iniciativa de outro por quatro pontos 1) utilizar formalmente, as vezes constitucionalmente definido, poder de veto; 2) ameaçar a encerrar uma coalizão governante por retirar-se dela ou derrubando ela com força; 3) reter parte dos recursos necessários para ação ou aprovação necessária para seu uso; 4) iniciar contramedidas que podem seriamente ferir os outros atores e seus objetivos (HERMANN; HERMANN, 1989). Em democracias presidenciais com o executivo independente, o processo de decisão pode envolver múltiplos atores autônomos nos problemas onde o presidente necessita de aprovação do legislativo (HERMANN; HERMANN, 1989). Um exemplo claro disso que trata diretamente de Relações Internacionais, são as ações presidenciais que estão previstas em lei e necessitam de aprovação do legislativo, como a aprovação de tratados internacionais.

O sistema político doméstico é uma condição que promove o redirecionamento na política externa (HERMANN, 1990), portanto, é necessário compreender os pontos que a política doméstica afeta a política externa, baseado na obra de Charles Hermann *Changing course: when governments choose to redirect foreign policy*.

Já é sabido que a política doméstica dos países afeta diretamente a política externa dos mesmos, conforme já exposto, também é natural a alternância de poderes, logo, para não ser uma exposição superficial, aprofunda-se como a política externa pode ser consequência dos acontecimentos na política doméstica. Aqueles que criam a política externa do governo dependem para sua continuação de apoio de certos círculos eleitorais, estes círculos endossam e cooperam de forma necessária para legitimar e sustentar o governo, assim, mudanças na preferência política ou no alinhamento dominante destes círculos eleitorais presume um gatilho para mudanças na política externa (HERMANN, 1990). Conforme Goldman (1988) há três dimensões que influenciam a extensão que a política externa é provável a mudar:

1) o grau de institucionalização, ou grosseiramente à medida que este governo se tornou comprometido com a política; 2) o grau de suporte, ou grosseiramente à medida que os diversos atores na política doméstica apoiam, são indiferentes, ou opõem-se as políticas; 3) o grau de saliência, ou grosseiramente o significado do problema na luta pelo poder doméstico (GOLDMANN, 1988, p. 44 apud HERMANN, 1990, p. 7, tradução nossa).

Já Hermann (1990, p. 7) afirma que a política doméstica pode afetar a política externa através de várias dinâmicas diferentes:

1) problemas se tornam a peça central na luta por poder político. Competem líderes políticos e seus apoiadores utilizam a posição da política externa para diferenciar eles mesmos dos oponentes. Se aqueles fora do poder obtém sucesso, aí a política externa muda; 2) as atitudes ou crenças de quem constitui o domínio doméstico sofre uma mudança profunda. Mudanças de atitude se torna a fonte subjacente de explanação e um estímulo profundo presume a criação de um realinhamento na visão de muitos; 3) o realinhamento ocorre na essência do que constitui o regime, ou a revolução ou outra transformação do sistema político toma lugar (tradução nossa).

Fica claro que a política doméstica afeta diretamente a política externa de diversas maneiras, mas ainda é passível de aprofundamento, portanto, é cabível o conceito que o próprio Hermann (1990) sugere nas suas áreas de investigação que uma das fontes de maior mudança para a política externa que ele rotula como “reestruturação doméstica”.

A reestruturação doméstica refere-se ao segmento político relevante da sociedade que seu apoio ao regime é necessário para ele governar e há a possibilidade deste segmento da sociedade poder tornar-se um agente da mudança, logo, o redirecionamento da política externa ocorre quando elites com poder para legitimar o governo ou mudam seu ponto de vista ou eles mesmos alteram a composição – talvez com o regime em si, por fim, o realinhamento do sistema doméstico geralmente resultam de descontentamentos de larga escala com o governo existente ou a falha do sistema para atender as demandas do presente ou componentes recém-poderosos (HERMANN, 1990).

Assim, com a explanação completa de como a política doméstica pode afetar a política externa, tanto com as unidades de decisão final expostas, como os conceitos acima citados, é passível de adiantar o capítulo para seu ponto principal, os conceitos de política externa pragmática e ideológica. Conforme já exposto a política externa raramente é confinada ao gabinete presidencial. Em países democratas as decisões envolvem diversas agências estatais e podem requisitar negociações políticas delicadas entre governo e oposição, seja por meio de organizações civis e estatais ou por coalizões políticas. Conforme Gardini (2011, p. 26, tradução nossa)

Na presença da máquina complexa do estado, a definição e implementação da política externa é resultado do processo de organização – a interação entre departamentos do estado e seus próprios interesses, culturas e agendas – e política burocrática – a barganha política entre os interessados em determinado problema.

O autor ainda explana que os “aparatos burocráticos e políticos são cruciais para compreender os motivos, fontes e agentes da ideologia e pragmatismo nos estados modernos” (GARDINI, 2011, p. 26, tradução nossa). Desta forma, a exposição dos conceitos que podem influenciar a política externa facilita o entendimento dos conceitos de política externa pragmática e ideológica, já que para a política doméstica alterar a política externa duas coisas são necessárias para tal fenômeno, segundo Hermann (1990, p. 10)

Primeiro, deve haver uma mudança no sistema e, segundo, esta mudança no sistema deve desencadear uma mudança na política externa do governo. Uma mudança que preenche estes requisitos é uma alteração fundamental nas atitudes da maioria dos membros do segmento político relevante da sociedade (tradução nossa).

Essa mudança do segmento político da sociedade é visível na exposição da alternância política e conseqüentemente ideológica dos governos expostos no capítulo anterior. Portanto, devido à definição de ideologia ter sido amplamente exposta no presente trabalho deve-se avançar para os conceitos faltantes, restando somente a definição de pragmatismo, que de acordo com Dominguez (2007, p. 3) defini como:

Uma política de estado que identifica claros propósitos e objetivos bem definidos, que são constituídos com meios e instrumentos deliberadamente para conquistas estes propósitos, com o conhecimento que estão perseguindo benefícios verificados assim como os possíveis custos que podem ser incorridos na busca destes benefícios (tradução nossa).

Logo, com ambos significados de ideologia e pragmatismo já expostos cabe somente apresentar os conceitos de política externa pragmática e ideológica consoante Gardini (2011, p. 17)

A **política externa pragmática** (grifo nosso) é a política externa baseada nos princípios de utilidade, exequibilidade, praticidade de ideias, políticas, e propostas são os critérios do seu mérito. Isso enfatiza a prioridade de ação sobre doutrina, de experiência sobre princípios fixos. Forte ênfase é colocada na avaliação de afirmações e ações de acordo com suas conseqüências práticas. Uma política externa pragmática pode ser associada com e caracterizada por planejamento de médio prazo e estado, em vez de governo, política. **Uma política externa ideológica** (grifo nosso) enfatiza princípios e soluções doutrinárias sobre adaptabilidade e as conseqüências práticas de afirmações e ações. Compatibilidade com princípios estabelecidos é o critério chave com qual avaliar o mérito da política externa. Apesar posturas ideológicas são claramente não necessariamente dogmáticas, uma política externa baseada em

ideologia prioriza posições pré-concebidas e remediar sobre sua real viabilidade e utilidade. Uma política externa ideológica pode ser associada com e caracterizada por relativamente planejamento de curto prazo e uma visão personalizada das relações internacionais relacionada a um líder específico ou administração específica ao invés de interesses nacionais consistentes (tradução nossa).

Baseado nestes conceitos, cabe a cada governo decidir a postura para posicionar-se no sistema internacional, essa escolha condiz diretamente com os propósitos governamentais demonstrados em sua política externa. Um país com ambição de ganhar mais respeito e proeminência com um grupo estabelecido tende a adotar uma postura mais pragmática, enquanto um país que planeja rejeitar ou subverter um determinado sistema ou curso de ação posiciona-se ideologicamente com um comportamento mais assertivo (GARDINI, 2011). Porém os atores estatais devem ter cautela em suas decisões, já que o próprio Gardini (2011) ressalta que o problema de uma postura mais pragmática é que em algum momento elementos ideológicos entram em conflito e forçam uma escolha, já uma posição ideológica em geral pode ser dominante em alguns casos, porém, elementos do pragmatismo não estão descartados.

Desta forma, os conceitos podem coexistir na política externa, um exemplo claro disso é quando o presidente do Brasil Jair Bolsonaro declarou “a preocupação de todos nós deve voltar-se um pouco mais ao sul agora, na Argentina, por quem poderá voltar a comandar aquele país. Não queremos eu acho que o mundo todo não quer uma outra Venezuela mais ao sul do nosso continente” (BOLSONARO, 2019, n.p.), essa declaração foi feita no período em que as pesquisas para presidente na Argentina davam uma vantagem a atual vice-presidente do país Cristina Kirchner. A declaração de Bolsonaro teve um viés ideológico, enquanto isso, o vice-presidente Hamilton Mourão declarou em que “Argentina e Brasil são sócios comerciais inseparáveis” e que “independente do governo que seja eleito lá temos que buscar o melhor para os dois países, o benefício mútuo” (ARMENDARIZ, 2019, n.p.), demonstrando assim a postura pragmática do governo.

Essa coexistência da política externa ideológica e pragmática foi detalhada em cinco fatores por Gardini (2011) os quais são: 1) Fins e propósitos: “os objetivos das ações externas e os objetivos específicos que pretendem perseguir afeta o emprego do pragmatismo e ideologia no posicionamento internacional” (p. 17, tradução nossa); 2) Meios disponíveis: “os recursos disponíveis para o país perseguir sua política externa também determina a mistura de pragmatismo e ideologia. Certamente elementos tradicionais de poder, como território, recursos naturais, geografia, demografia, e capacidade militar e econômica afeta a presença internacional do país” (p. 20, tradução nossa); 3) Agência: “As crenças, percepções, e preferências individuais dos tomadores de decisões tem um forte impacto na mistura de ideologia e

pragmatismo referente as relações externas do país, uma vez que estes indivíduos formulam e implementam as políticas externas” (p. 23, tradução nossa); 4) Processo de política externa: “o processo em que a política externa é desenhada, adotada, e implementada, assim como as partes interessadas envolvidas no processo, afeta a combinação subsequente de ideologia e pragmatismo” (p. 6, tradução nossa); 5) Contexto histórico e político: “O contexto específico histórico, político, doméstico e internacional claramente influencia o uso de ideologia e pragmatismo” (p. 6, tradução nossa).

Com estes pontos que podem expressar o quanto a coexistência de ideologia e pragmatismo são presentes na política externa de diversos países, cabe ainda termos a visão geral da distinção de qual política os países desenvolvidos e os países sem recursos, ou subdesenvolvidos, utilizam externamente para se colocarem no sistema internacional, ressalta-se que isto é um pressuposto feito por Gardini partindo puramente dos princípios de recursos dos países, sabe-se que na política externa “há inúmeros fatores domésticos e internacionais que podem e causam influência no comportamento da política exterior” (HERMANN; HERMANN, 1989, p. 362 , tradução nossa), porém é passível de tal explanação por haver concordância com o aporte teórico apresentado. Assim, Gardini (2011) defini a política externa dos dois extremos citados como:

Países mais desenvolvidos com bons recursos tendem a adotar posições bastante pragmáticas. Por quatro razões: 1) a posse de recursos necessários para o desenvolvimento e status tende a fazer o país ter um poder mais satisfatório e conservador 2) os bens do país permitem aproveitar credibilidade e influência sem fazer a ideologia uma característica predominante 3) uma postura ideológica e assertiva na escala global pode causar mais atritos que cooperação 4) amplos interesses e alcances envolvem o país em diversas mesas de negociações e problemas proporcionando maior espaço para manobras (p. 21, tradução nossa).

Já aqueles sem recursos ou subdesenvolvidos:

Podem ser tentados por uma grande ênfase na ideologia. Isso se dá devido a quatro razões: 1) países pobres ou periféricos estão em necessidade urgente para soluções imediatas para problemas urgentes e por isso podem não estar em uma posição para prosseguir as longas negociações e processos graduais que o pragmatismo geralmente implica. 2) uma postura ideológica vigorosa é uma maneira rápida e barata para crescer a visibilidade e potencialidade internacionalmente, negociando poder. [...] 3) para países pobres há pouco a perder para desafiar a ordem existente [...] 4) aqueles mais afetados negativamente pelas regras do sistema internacional, vai geralmente ter críticas ideológicas do sistema e tem desejos genuínos de mudar as regras do jogo (p. 21, tradução nossa).

Por fim, conclui-se este capítulo que tem sua pretensão de demonstrar que a política doméstica afeta sim a política externa. Conforme já exposto no ponto 3.3 deste trabalho, a

mudança na política doméstica é retratada pela alternância ideológica nos governos da Argentina, do Brasil e Chile. Essas alternâncias podem ou não causar uma reorientação na política externa estatal essa possível alteração não significa necessariamente uma mudança abrupta de pragmatismo ou ideologia, já que, de acordo com o exposto neste capítulo, a coexistência de ambas políticas é realizada corriqueiramente – porém, adianta-se que houve reorientação ao realizar-se a criação do Prosul, ponto que será explorado mais à frente do trabalho. Desta forma, finaliza-se este capítulo com uma interpretação em suma que a

Ideologia e pragmatismo em política externa são complementares, ao invés de termos opostos ou irreconciliáveis. Apesar de haver uma certa tensão entre ideologia e pragmatismo, elas estão inter-relacionadas e compatíveis. Eles estão certamente não exclusivos mutuamente. A política dominada somente por ideias vai facilmente tornar-se uma expressão utópica, enquanto uma guiada somente por pragmatismo vai arriscar cair no oportunismo de curto prazo no melhor caso, e a longo prazo uma falta de direcionamento no pior caso” (GARDINI, 2011, p. 13, tradução nossa).

Logo, ao ser demonstrado os conceitos deste subtítulo, se faz jus à análise que será disposta no capítulo seguinte: como a política externa na América do Sul, nos países já apresentados (Argentina, Brasil e Chile), retrata-se dentro das alternâncias ideológicas e dos conceitos de política externa e pragmática.

4 A IDEOLOGIA NA INTEGRAÇÃO REGIONAL

As seções abaixo estão dispostas com o intuito de realizar a análise de como se concretizou a Unasul e o Prosul. Para isso, realiza-se a exposição do que foi as fases de alinhamentos ideológicos governamentais na América do Sul no período da constituição de tais blocos citados. Logo, apresenta-se a onda de alinhamento dos governos de centro-esquerda, avançando para a exposição sobre a Unasul, seguido da onda de alinhamento dos governos de centro-direita, e a exposição sobre o Prosul, para enfim, concluir a presente análise.

4.1 A Onda Rosa

O início do século XXI é marcado pela ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina, mas principalmente na América do Sul. Essa ascensão se dá segundo Costa (2018, p.53) “principalmente à frente do descontentamento acerca do modelo neoliberal”, no entanto, cabe apontar que há outras razões para este crescente alinhamento ideológico, conforme Silva (2015, p. 5) “não é somente com as insuficiências do modelo neoliberal (notada em toda a região) que essas crises se relacionam, é também com o esgotamento de formas de organização estatal, dominação social, baixa inclusão político-social e monopólio partidário”. Assim, o enfoque é compreender que houve um alinhamento, e não os seus motivos, logo, nove países da América do Sul, foram governados por presidentes de esquerda ou centro-esquerda (os nove presidentes estão expostos no quadro ao fim desta seção).

Desta forma, fica claro o alinhamento ideológico nos primórdios do século XXI, “essa ascensão das esquerdas na região, por sua relativa sincronia e delimitação regional, constitui em si mesma um processo sociopolítico único [...] o fenômeno foi chamado de “onda rosa” latino-americana” (SILVA, 2015, p. 2). Esta conceituação também é feita por Costa (2018, p. 53) na qual “alguns presidentes de países da América do Sul foram eleitos nesse período que pode ser denominado como “guinada à esquerda” (também chamado de “onda rosa”).

Portanto, é notável a importância de tal fenômeno, que é reforçado pela característica da ascensão das forças de esquerda e centro-esquerda na região, pois houve a capacidade de reproduzir os mandatos já que os governantes que foram expostos a eleições após seu mandato foram reeleitos ou puderam eleger seus sucessores (demonstrado no quadro ao fim da seção). Assim, pela envergadura deste movimento trata-se de uma tendência que marcou a política latino-americana na primeira década e meia deste século, assim como a expansão das políticas neoliberais que havia marcado a década de 1990 (SILVA, 2015).

Essa tendência da onda rosa, e seu resultado, foi dada por Nery (2016, p. 64) como “consequências danosas das políticas de ajuste neoliberal contribuíram para criar um ambiente favorável à vitória das oposições de centro-esquerda na América do Sul”. Este ambiente favorável influenciou a atuação internacional dos governantes progressistas que somavam a ampla maioria da região. Conforme Silva (2015)

Buscaram uma maior autonomia em relação a organismos internacionais – como o Fundo Monetário Internacional (FMI) – e em alguns casos uma maior inserção nas discussões em torno da regulação global. Nas relações internacionais, buscaram alternativas econômicas e políticas ao peso da influência norte-americana, incrementando suas relações com a União Europeia, os países “emergentes” e a periferia global (p. 15).

Este posicionamento internacional é refletido no discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003), no qual ele profere “A grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida” (p. 9); também cabe destacar em seu discurso o trecho no qual o ex-presidente relata que

Cuidaremos também das dimensões social, cultural, e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem, hoje, situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina (2003, p. 10).

Tal posicionamento realizado no discurso de posse do ex-presidente Lula alinha-se diretamente com a política externa dos governantes argentinos, já que, “os governos de Néstor Kirchner e Cristina Fernández – em termos políticos e diplomáticos – se destacaram por seu crescente afastamento dos Estados Unidos; seu alinhamento com países da região sul-americana e na aposta por uma nova ordem regional” (MIGUEZ, 2016, p. 127, tradução nossa). O discurso de posse de Cristina Fernández Kirchner retrata diretamente isso quando ela profere que

Ontem, no Salão Branco da Casa do Governo tive a fotografia que acredito que é a fotografia da nossa história, de nossas origens, de nossos interesses. Ali, o Presidente do Brasil que hoje nos acompanha, o Presidente do Equador, o Presidente do Paraguai, o Presidente da Bolívia, o Presidente da Venezuela, juntos ao nosso Presidente (KIRCHNER, 2007, n.p., tradução nossa).

Por fim, ao ser destacado a alternância ideológica na América do Sul chamada de “Onda Rosa”, foi notável que tal ascensão ampliou os debates de uma forma de integração contra hegemônica (COSTA, 2018). Assim, será demonstrado na seção seguinte como realizou-se a criação, evolução e, conseqüentemente, o desmantelamento da Unasul.

O quadro abaixo ilustra os presidentes presentes no fenômeno chamado de “Onda Rosa”.

Quadro 1 – Presidentes da Onda Rosa

País	Presidentes	
Argentina	Néstor Kirchner (2003-2007)	Cristina Fernández Kirchner (2007-2015)
Brasil	Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011)	Dilma Rousseff (2011-2016)
Bolívia	Evo Morales (2006-2019)	
Chile	Ricardo Lagos (2000-2006)	Michelle Bachelet (2006-2010) e (2014-2018)
Equador	Rafael Correa (2007-2017)	
Paraguai	Fernando Lugo (2008-2012)	
Peru	Ollanta Humala (2011-2016)	
Uruguai	Tabaré Vasquez (2005-2010) e (2015-2020)	José Mujica (2010-2015)
Venezuela	Hugo Chávez (1998-2013)	Nicolás Maduro (2013-presente)

Fonte: COSTA, 2018 e SILVA, 2015

4.2 A Unasul

A criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) inicia antes da data de seu tratado, com o projeto proposto em 2004 durante a III Reunião de Presidentes da América do Sul, na cidade de Cuzco no Peru, houve a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Nas palavras de Gomes (2005, p.2) “resultado da soma dos processos de integração

da Comunidade Andina das Nações (CAN) e do Mercosul”. Projeto que tem como caráter uma efetiva união sul-americana que é exposta no documento de Cusco, documento formador da comunidade.

Os presidentes dos países da América do Sul, reunidos na cidade de Cusco, por ocasião da celebração das façanhas libertadoras de Junín e Ayacucho e da convocação do Congresso Anfictiônico do Panamá, seguindo o exemplo do Libertador Simón Bolívar, do Grande Marechal de Ayacucho, Antonio José de Sucre, do Libertador José de San Martín, de nosso povos e heróis independentistas que construíram, sem fronteiras, a grande Pátria Americana e interpretando as aspirações e anseios de seus povos a favor da integração, unidade e construção de um futuro comum, decidimos formar a Comunidade Sul-Americana de Nações (COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES, 2005, p.13).

Após formada esta comunidade, as reuniões de Chefes de Estado foram progredindo, portanto, a comunidade que contava com doze países, sendo eles, Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, iria evoluir para a formação da União de Nações Sul-Americanas.

A Unasul nasce a partir de seu tratado constitutivo que foi realizado em Brasília em 23 de maio de 2008, fato que comprova o quanto o Brasil estava à frente das negociações, foi assinada pelos doze países membros da CASA e inspirada na declaração de Cusco, a qual conta abertamente sobre o senso de integração regional, já que é exposto no preâmbulo do tratado de forma repetida o termo além de várias afirmações positivas, das quais duas se destacam:

Convencidas de que a integração e a união sul-americanas são necessárias para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável e o bem-estar de nossos povos, assim como para contribuir para resolver os problemas que ainda afetam a região, como a pobreza, a exclusão e a desigualdade social persistentes [...] (UNASUL, 2017?, p.6).

E também:

Ratificando que tanto a integração quanto a união sul-americanas fundam-se nos princípios basilares de: irrestrito respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados; [...] democracia, participação cidadã e pluralismo; direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes [...] (UNASUL, 2017?, p.7).

Nota-se um posicionamento das nações ao assinar o tratado, no qual há um lado social expressado no preâmbulo do tratado constitutivo, de modo a ser perceptível que não será apenas um bloco econômico. Isto é esclarecido no segundo artigo do tratado o qual está exposto que:

A União de Nações Sul-Americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social,

econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (UNASUL, 2017?, p. 8).

Logo, o aspecto econômico é apenas um dos diversos temas tratados dentro da Unasul, é o posicionamento de Hernández e Mesquita (2020) que expõe sobre a questão econômica comercial:

A questão econômica comercial não era mais vista como matéria principal e única nas relações regionais. Existe um claro esforço da integração e coordenação política, que perpassa temas de desenvolvimento social, saúde, defesa, etc. O que denota uma clara expansão na concepção da integração regional como instrumento de desenvolvimento e de governança regional (p. 548).

Ao destacar os objetivos da Unasul, cabe apresentar o entendimento de Cervo e Bueno (2011) que apontam diversos objetivos

A Unasul nasce com objetivos políticos, geopolíticos e econômicos. Em sentido político, ao tomar decisões por unanimidade entre os Estados-membros, pretende assentar a região no *mapa mundi*, expressar a voz única dos países no multilateralismo e aumentar sua independência política, visto que se constitui com personalidade jurídica internacional. Em sentido geopolítico, embora não seja uma aliança militar, cria o polo de poder regional e confere ênfase à segurança regional, cujos contenciosos são resolvidos pela ação diplomática com base nas doutrinas sul-americanas do direito internacional, o respeito à soberania e a não intervenção em assuntos internos dos Estados (p. 551).

Esses diversos objetivos são compreendidos por Barnabé (2011) como fato que a Unasul percorreu um caminho inverso, já que, diferentemente de outros blocos que iniciam por acordos econômicos para após avançar para esferas institucionais e políticas. Fica evidente a maneira que essa tentativa de crescer a integração regional buscou alterar a maneira de cooperação na América do Sul. Somado a isso, a Unasul atuou com a finalidade de promover a integração produtiva, energética e da infraestrutura, embora sem substituir Mercosul e Comunidade Andina que continuam operativas (CERVO; BUENO, 2011).

Com os esclarecimentos acima, torna-se viável avançar o trabalho para a exposição do desenho institucional da Unasul. No quarto artigo de seu tratado constitutivo, está disposto os órgãos atuantes, são eles: Conselho de Chefes e Chefes de Estado e Governo; O Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores; O Conselho de Delegadas e Delegados; e a Secretaria Geral. Ainda há duas instâncias permanentes – uma sobre saúde, o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), e outra sobre defesa, o Centro de Estudos

Estratégicos em Defesa (CEED) – e 12 conselhos setoriais que explicitavam o caráter multidimensional dos assuntos tratados pela Unasul (HERNÁNDEZ; MESQUITA, 2020).

Destes conselhos setoriais destacam-se o Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul (COSIPLAN) e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). A COSIPLAN constitui-se como:

Instância de discussão política e estratégica, através da consulta, avaliação, cooperação, planejamento e coordenação de esforços e articulação de programas e projetos para implementar a integração da infraestrutura regional dos países membros da Unasul. Sua criação foi decidida na III Reunião Ordinária do Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo, conforme o Tratado Constitutivo da Unasul (UNASUL, 2010, n.p.).

Em seu sexto artigo que expõe as instâncias de apoio da COSIPLAN, está expresso na alínea b que “A iniciativa IIRSA incorpora-se como seu foro técnico para temas relacionados com a planificação da integração física regional sul-americana” (UNASUL, 2010, n.p.). O IIRSA é a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, foi criada em 2000 durante a I Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (COSTA, 2018). Nesta reunião, originou-se o Comunicado de Brasília, o qual destaca-se que

Os mandatários da região tomaram nota com especial satisfação do Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional na América do Sul, que contém sugestões e proposta, com um horizonte de dez anos, para a ampliação e a modernização da infraestrutura física da América do Sul, em especial as áreas de energia, transportes e comunicações (IIRSA, 2000, p. 8, tradução nossa).

Os 12 mandatários da América do Sul estavam presentes nesta reunião a qual teve iniciativa brasileira do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Esta iniciativa tinha como objetivo central

Desenvolver metodologia e uma carteira de obras de infraestrutura que interligasse fisicamente as principais regiões do subcontinente com o intuito de diminuir custos de transporte e circulação de mercadorias visando o aumento dos níveis de exportação intra e extrarregional (HONÓRIO, 2017, n.p.).

Portanto, o IIRSA é utilizado como foro técnico, sendo incorporado ao COSIPLAN em 2009 (COSTA, 2018). Essa incorporação acelerou os projetos de integração física na região, assim, os trabalhos do IIRSA entre 2000 e 2010 e do COSIPLAN a partir de 2011, foram orientados desde seu início para a “planificação de projetos de infraestrutura como componente chave do desenvolvimento de seu território” (COSIPLAN, 2016, p. 9). A partir disso, utilizando

o *Sistema de Información de Proyectos (SIP)*, disponível no site do COSIPLAN, está exposto abaixo todos os projetos que envolvem os países dos governantes aprofundados neste trabalho (Argentina, Brasil e Chile) que foram realizados ou estão sendo executados dentro da temporalidade definida na presente obra (2008 a 2022).

Conforme os dados oficiais a Unasul continha um total de 562 projetos – entre concluídos, em execução e estado de pré-execução – com investimentos estimados de U\$\$ 198.920.309.762,00 (COSIPLAN, 2016). Desta totalidade citada, cabe destacar os projetos concluídos, ou em elaboração – já que os não iniciados são incapazes de demonstrar a eficiência da Unasul – realizados nos países destacados no presente trabalho que estão dispostos nos quadros abaixo.

Os projetos na Argentina, com enfoque nas características supracitadas de temporalidade, totalizam 37 projetos, apresentados nos quadros abaixo. Estão divididas os quadros em projetos somente em território argentino (Quadro 2); projetos binacionais entre a Argentina e o Chile (Quadro 3); e projetos binacionais entre Argentina e demais países da América do Sul (Quadro 4).

Quadro 2 – Projetos em território argentino

Status do Projeto	Setores dos Projetos
Concluídos: 9	Transporte: 27
Em execução: 25	Energia: 7
Total de Projetos: 34	

Fonte: TEIXEIRA, 2022

Quadro 3 – Projetos entre Argentina e Chile

Status do Projeto	Setores dos Projetos
Concluídos: 1	Transporte: 1
Total de Projetos: 1	

Fonte: TEIXEIRA, 2022

Quadro 4 – Projetos entre Argentina e demais países

Status do Projeto	Setores dos Projetos
Concluídos: 1	Transporte: 2
Em execução: 1	
Total de Projetos: 2	

Fonte: TEIXEIRA, 2022

Os dados expostos nestes quadros, representam o quanto os investimentos na área de transporte são os marcos na integração regional, seja pela diferente forma de transporte, ainda há necessidade de integrar fisicamente os países envolvidos neste processo. Um ponto de destaque nos dados é a quantidade de projetos ainda em execução, totalizam vinte e seis projetos, mais da metade do total de projetos não foram finalizados. Ao menos há um projeto concluído entre Argentina e Chile, o que demonstra, possivelmente, como a alternância de ideologias do governo chileno pode interferir neste processo de integração, no momento que não houve mais projetos executados.

Abaixo seguem os gráficos que demonstram de forma aprofundada a matéria de cada projeto.

Gráfico 1 – Projetos em território argentino



Fonte: TEIXEIRA, 2022

Gráfico 2 – Projetos entre Argentina e Chile



Fonte: TEIXEIRA, 2022

Gráfico 3 – Projetos entre Argentina e demais países



Fonte: TEIXEIRA, 2022

Os gráficos comprovam a importância da integração física no processo regional, visto que a maioria dos projetos da área de transporte na Argentina são com enfoque no transporte rodoviário. Ressalta-se também o investimento na infraestrutura entre as fronteiras da Argentina e Chile, mais especificamente, é um investimento para as passagens fronteiriças, no qual localiza-se a estrutura de controle da passagem entre os dois países, como as alfândegas, controle de pessoas, e todo o processo que seja de interesse de segurança ou controle dos países. Investimento importante para a união dos países na integração regional.

Os projetos no Brasil, com enfoque nas características supracitadas, totalizam 24 projetos, apresentados nos quadros abaixo. Estão divididos os quadros em projetos somente em território brasileiro (Quadro 5); projetos binacionais entre o Brasil e demais países da América do Sul (Quadro 6).

Quadro 5 – Projetos em território brasileiro

Status do Projeto	Setores dos Projetos
Concluídos: 2	Transporte: 18
Em execução: 17	Energia: 1
Total de Projetos: 19	

Fonte: TEIXEIRA, 2022

Quadro 6 – Projetos entre o Brasil e demais países

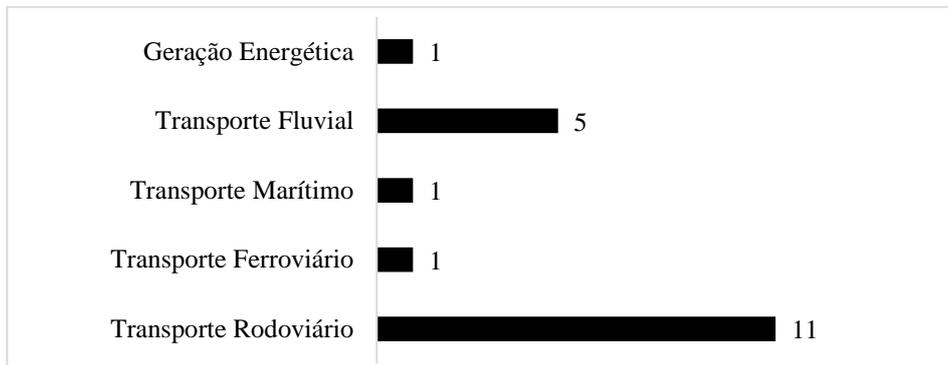
Status do Projeto	Setores dos Projetos
Concluídos: 3	Transporte: 3
Em execução: 2	Energia: 1
	Comunicação 1
Total de Projetos: 5	

Fonte: TEIXEIRA, 2022

Os destaques nos quadros brasileiros são os mesmos dos quadros da Argentina, afinal, só há três projetos que não são da área de transporte, o que novamente reafirma a importância da integração física para os países. Além disso, destaca-se novamente o número de projetos em execução, o qual somente cinco estão concluídos, e ainda, a falta de projetos binacionais entre Brasil e Argentina, ou Chile, ponto que cabe reflexão.

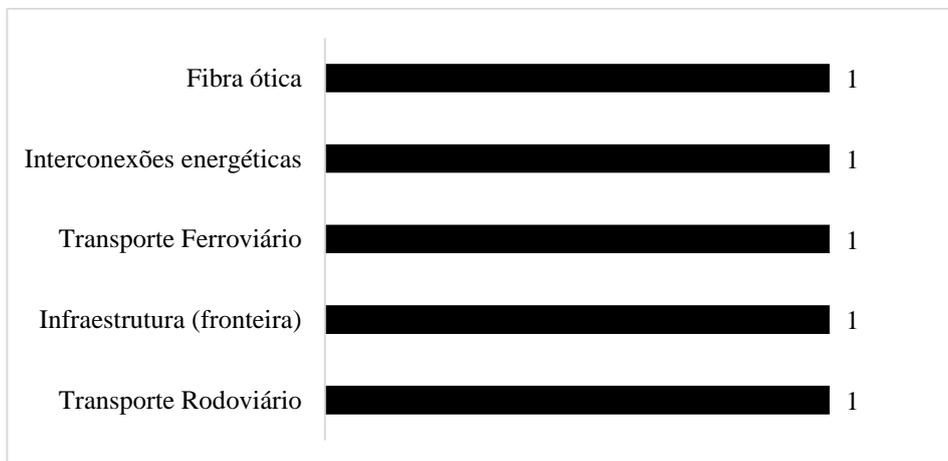
Os gráficos abaixo demonstram de forma aprofundada a matéria de cada projeto.

Gráfico 4 – Projetos em território brasileiro.



Fonte: TEIXEIRA, 2022

Gráfico 5 – Projetos entre o Brasil e demais países



Fonte: TEIXEIRA, 2022

Conforme discutido nos gráficos anteriormente, se repete a importância dos projetos em transporte rodoviário para a integração regional, porém, destaca-se que há projetos envolvendo o transporte fluvial, algo importante no Brasil, visto que há regiões com vastos rios, inclusive em pontos de fronteira, uma estrutura de transporte que pode ser amplamente explorada no território brasileiro.

Os projetos no Chile, com enfoque nas características supracitadas de temporalidade, totalizam 9 projetos, apresentados nos quadros abaixo. Estão divididos os quadros em projetos somente em território chileno (Quadro 7) e projetos entre Chile e Argentina (Quadro 8).

Quadro 7 – Projetos em território chileno

Status do Projeto	Setores dos Projetos
Concluídos: 3	Transporte: 8
Em execução: 5	
Total de Projetos: 8	

Fonte: TEIXEIRA, 2022

Quadro 8 – Projetos entre Chile e Argentina

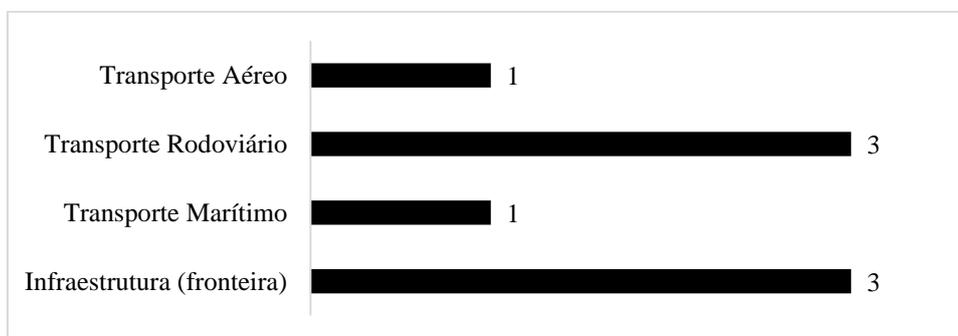
Status do Projeto	Setores dos Projetos
Concluídos: 1	Transporte: 1
Total de Projetos: 1	

Fonte: TEIXEIRA, 2022

O Chile é o país no qual há menos projetos realizados, sendo exclusivamente na área de transporte, resultando no país mais equilibrado no número de projetos finalizados comparado ao número de projetos em execução. Destaca-se que o Chile, apesar de ter projetos com a Argentina, não desenvolve projetos com nenhum outro país por meio da Unasul, deixando unicamente para projetos nacionais.

Os gráficos abaixo demonstram de forma aprofundada a matéria de cada projeto.

Gráfico 6 – Projetos no Chile



Fonte: TEIXEIRA, 2022

Gráfico 7 – Projetos entre Chile e Argentina



Fonte: TEIXEIRA, 2022

O destaque a ser realizado após a interpretação dos gráficos é no quanto há investimentos na infraestrutura fronteiriça, envolvendo as passagens fronteiriças conforme já explicado, ponto de destaque para o Chile, devido à importância dada para esses tipos de projetos enquanto o país está em um bloco de integração regional. Afinal, com enfoque de integrar os países, há um ator que recorre a projetos para sua infraestrutura fronteiriça, ao mesmo tempo que amplia a passagem, também cria maior estrutura que pode ser utilizada para controle desta mesma passagem, sendo um projeto com dois vieses, cabe saber qual será aplicado.

Após a explanação sobre o COSIPLAN e seus projetos, retoma-se o destaque ao Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). De acordo com Costa (2018) a disputa que daria origem para a necessidade de um órgão como o CDS aconteceu em março de 2008, quando a Colômbia realizou uma incursão militar no Equador buscando atacar as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), causando assim, rompimento das relações diplomáticas. A proposta de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano foi realizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 16 de dezembro de 2008, na Reunião Extraordinária da Costa do Sauípe (COSTA, 2018).

O documento constitutivo do conselho relata que “Considerando a necessidade da Unasul de contar com um órgão de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa [...] Cria-se o Conselho de Defesa Sul-Americano como instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa” (UNASUL, 2017?, p. 66). Com objetivos como a consolidação da América do Sul como zona de paz, a promoção de troca de informações sobre a situação regional e internacional, com o enfoque na identificação de fatores de riscos e ameaças que afetem a paz regional e mundial, avançar na construção de uma visão compartilhada sobre ações de defesa e promoção de diálogos e cooperação preferencialmente com outros países da América Latina e Caribe (UNASUL, 2017?).

Desta forma, é perceptível a tentativa de criar uma estrutura de defesa que resolva os problemas regionais com a percepção e análise dos países da região, seguindo este raciocínio, Costa (2018, p. 71) relata que “o CDS tem sua importância inicial no fato de ser o primeiro sistema de defesa e segurança regional sem a participação dos Estados Unidos [...] sendo um

importante passo em direção ao amadurecimento geopolítico da região”, corroborando esta percepção Nery (2016, p. 72) afirma que o Conselho de Defesa Sul-Americano “representa a apropriação, pela região, dos problemas relativos à defesa, antes tratados de maneira descoordenada e com envolvimento de potências externas”. Portanto, é mérito da Unasul a criação do CDS, pois é uma contribuição para consolidação da América do Sul como zona de paz e geração de consensos para cooperação regional em matéria de defesa (OMINAMI, 2021). Logo a Unasul demonstra ser um órgão importante no âmbito de segurança e defesa para a América do Sul.

Sendo atuante em 2010, quando o Conselho de Defesa Sul-Americano foi utilizado para tratar da tensão entre Colômbia e Venezuela. O presidente equatoriano Rafael Correa sofreu uma tentativa de golpe contra seu governo, esta tentativa consistiu na tomada do maior quartel de Quito e do aeroporto internacional da cidade por militares e policiais, que protestavam contra um decreto aprovado pelo Congresso Nacional que eliminava benefícios sociais e afetava os salários dos policiais (COSTA, 2018). Esta tentativa de golpe resultou na assinatura do Protocolo Adicional ao tratado constitutivo da Unasul sobre o Compromisso com a Democracia que permite algumas medidas sejam tomadas contra Estados-membros que coloquem a democracia em perigo. Está evidenciado no primeiro artigo do protocolo adicional:

O presente Protocolo será aplicado em caso de ruptura ou ameaça de ruptura da ordem democrática, de uma violação da ordem constitucional ou em qualquer situação que ponha em risco o legítimo exercício do poder e a vigência dos valores e princípios democráticos (BRASIL, 2018, n.p.).

As medidas que podem ser tomadas pelos membros da Unasul são destinadas a reestabelecer o processo político democrático e estão previstas no quarto artigo:

- a. Suspensão do direito de participar nos diferentes órgãos e instâncias da UNASUL, bem como do gozo dos direitos e prerrogativas no âmbito do Tratado Constitutivo da UNASUL.
- b. Fechamento parcial ou total das fronteiras terrestres, incluindo a suspensão ou limitação do comércio, transporte aéreo e marítimo, comunicações, fornecimento de energia, serviços e suprimentos.
- c. Promover a suspensão do Estado afetado no âmbito de outras organizações regionais e internacionais.
- d. Promover, ante terceiros países e/ou blocos regionais, a suspensão dos direitos e/ou prerrogativas do Estado afetado no âmbito dos acordos de cooperação em que seja parte; e. Adoção de sanções políticas e diplomáticas adicionais (BRASIL, 2018, n.p.).

Esta cláusula democrática foi utilizada em 2012 quando o presidente Fernando Lugo foi deposto pelo congresso do país, a Unasul posicionou-se imediatamente contrária ao

impeachment (OLIVEIRA, 2017), até ser oficialmente suspenso sua participação da Unasul na reunião extraordinária do Conselho de Chefes e Chefes de Estado e Governo em Mendoza em 29 de junho de 2012, ficou decidido que a Unasul

Condena a ruptura da ordem democrática na República do Paraguai, executado mediante um procedimento sumaríssimo que evidenciou uma clara violação do direito ao devido processo e, em consequência, das mínimas garantias para sua adequada defesa. Adota a decisão política baseada no tratado constitutivo da Unasul de suspender a República do Paraguai de participar nos órgãos e instâncias da União, até este Conselho revogue a suspensão (UNASUL, 2013, n.p, tradução nossa).

O Paraguai somente retornou a fazer parte da Unasul na Reunião do Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo, realizada em 30 de agosto de 2013 no Suriname (OLIVEIRA, 2017). Portanto, assim retornava a República do Paraguai a partir daquele momento a ser Estado-membro da Unasul.

Por fim, cabe destacar que no final da primeira década do século XXI a Unasul era entendida como um caso de sucesso, o organismo já tinha consolidado sua estrutura interna, as agendas estavam funcionando e suas capacidades de atuação haviam sido experimentadas (HERNÁNDEZ; MESQUITA, 2020). Então, conforme a concordância de Costa (2018, p. 114) a Unasul nasceu “procurando desenvolver os âmbitos sociais, político, de infraestrutura, e entre outros, e ficou marcada pelo fortalecimento das relações ‘sul-sul’”.

No entanto, como já é sabido, a Unasul sofreu um desmantelamento de todo seu projeto. Este processo pode ser associado a diferentes movimentos, inicialmente, não havia a Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo desde 2014, nesta cúpula que realizavam o Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo, órgão máximo da UNASUL, tinha como atribuição principal estabelecer as diretrizes políticas, os planos de ação, os programas e os projetos do processo de integração sul-americana e decidir as prioridades para a sua implementação (UNASUL, 2017?). Outro fator, que destaca como a organização intergovernamental estava regredindo demonstrando a crise na Unasul que provocou seu desmantelamento, era o fato de se encontrar sem Secretário Geral, desde janeiro de 2017, quando terminou o mandato no cargo o ex-presidente colombiano Ernesto Samper (COSTA, 2018).

De acordo com o tratado constitutivo da Unasul “toda a normativa da Unasul será adotada por consenso” (UNASUL, 2017?, p. 17), ou seja, todos os Estados-membros devem concordar com a indicação do secretário geral, que por sua vez, sua designação, de acordo com o tratado constitutivo, é realizado

pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo com base em proposta do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, por um período de dois anos, renovável apenas uma vez. O Secretário Geral não poderá ser sucedido por uma pessoa da mesma nacionalidade (UNASUL, 2017?, p. 16).

Logo, o indicado a assumir o cargo de secretário geral da Unasul foi o embaixador argentino José Octávio Bordón, cujo nome foi vetado por quatro países, o Equador, a Bolívia, a Venezuela e o Suriname (COSTA, 2018). Sendo assim, já que os países não chegavam a um consenso, a consequência deste impasse foi a retirada da metade dos países que compõem o bloco em 2018.

Essa debandada iniciou-se em 27 de agosto de 2018, quando a Colômbia oficializa sua decisão de retirar-se do bloco, assinado pelo Ministro de Relações Exteriores Carlos Holmes Trujillo, e manifestado o interesse pela retirada da organização pelo recém-eleito Iván Duque (2018 – 2022), ex-presidente colombiano, Duque já havia declarado que “não podemos seguir sendo parte de uma instituição que há sido a maior cúmplice da ditadura venezuelana” (COLOMBIA, 2018, n.p. tradução nossa). O ex-presidente colombiano representou a crítica mais ferrenha contra a Unasul e desde a decisão Colombiana de se retirar do bloco, Argentina, Brasil, Chile, Equador, Guiana, Paraguai e Peru denunciaram o tratado constitutivo, retirando-se do bloco.

Há de se destacar que é exposto na denúncia do tratado constitutivo da Unasul feito pelo Brasil em abril de 2018, que os governos das nações acima supracitadas “decidiram de forma conjunta suspender a sua participação da Unasul em função da prolongada crise no organismo” (BRASIL, 2019, n.p.) também é citado na mesma declaração que os países, ao ser decidido sua suspensão da participação na Unasul, assinaram um documento que, nas palavras da declaração, “indicam sua vontade de constituir o Foro para o Progresso da América do Sul (Prosul), em sua substituição a Unasul” (BRASIL, 2019, n.p.). Posteriormente o Equador (2019) e o Uruguai (2020) também anunciaram sua saída do bloco, paradoxalmente, todos os países com governos ideologicamente alinhados à direita (HERNÁNDEZ; MESQUITA, 2020).

Isto demonstra o quanto que a integração regional estava a passo de se alterar novamente no século XXI. Além disso, as alternâncias ideológicas e as crises na Unasul esclarecem como o avanço da direita, e centro-direita, na América do Sul causou reflexos no bloco e na sua proposta de integração regional, já que, a mudança do posicionamento ideológico dos governantes pode ter provocado o enfraquecimento da instituição (COSTA, 2018), já que seria muita coincidência a Unasul desmantelar-se justamente quando o alinhamento ideológico da região estava se alterando. Conforme Ominami (2021)

A Unasul não pode superar as definições ideológicas de seus inspiradores para transformar-se em uma instituição capaz de sobreviver as mudanças políticas. Sua ideologização progressiva, somada ao direito a veto que cada país obtinha, terminou paralisando-a [...] Esta situação foi aproveitada pelos governos conservadores para decretar seu fim e sua substituição pelo Prosul (n.p.).

Assim, a ascensão de governos de direita na região se inicia a criação de uma nova convergência ideológica regional que colocará a integração em outras formas com prioridades e objetivos diferentes. Portanto, Hernández e Mesquita (2020) contribuem a esta exposição afirmando que é

Uma constante nos discursos dos novos governos é, justamente, a crítica dura aos anteriores, por considerarem que atuaram com “excesso de ideologia”. É uma tentativa de quebra e distanciamento de tais práticas consideradas de modo retórico, antagonizando seu discurso em relação aos de seus antecessores e se posicionando como livres de ideologia, quando, de fato é o contrário. Apenas uma ideologia diferente (p. 550).

Por fim, o desmantelamento da Unasul persistiu e como consequência houve a iniciativa de um novo projeto de integração regional que será explorado nas seções seguintes.

4.3 A Onda Conservadora

Para maior compreensão da nova iniciativa para a integração regional que foi a criação do Foro para o Progresso da América do Sul (Prosul) cabe a exposição sobre a onda de alinhamento ideológico de governos de direita e centro-direita na América do Sul que aconteceu, em maior parte, na metade da segunda década deste século. O movimento oposicionista a onda rosa, que alterou a ideologia predominante na região, tem como motivo de seu crescimento vertentes que variam de acordo com os autores, Costa (2018) aponta dois principais fatores para o crescimento dos governos conservadores, primeiro, o grande número de escândalos de corrupção envolvendo os partidários do governo, e assim, o sentimento de necessária “mudança”. O segundo fator é a crise dos governos em decorrência da queda dos preços das commodities, algo que abalou a economia de diversos países na América do Sul.

Assim, nota-se que a tanto fatores políticos, como a corrupção e este sentimento de alternância necessária na população, quanto fatores econômicos, como a crise nas commodities. Nesta linha de apontar motivos para o crescimento de movimentos oposicionistas a onda rosa, está Lucca e Iglesias (2020) que definem pontos de mudança na política doméstica que explicitam essa alternância ideológica tanto na Argentina quanto no Brasil, segundo eles, o

movimento na argentina iniciou-se em 2008 quando o governo de Cristina Fernández propôs aumentar o imposto a ser pago nos direitos de exportação, como a expansão da economia argentina baseava-se na exportação de commodities, houve um grande movimento político de protestos de setores que sentiam-se afetados por estes impostos. Por fim, a consequência desta proposta foi negativa para o governo, afinal

a resolução do conflito foi claramente um tropeço para o governo, que não somente sofreu com a renúncia do ministro da economia (Martín Lousteau), o voto ‘não positivo’ do vice-presidente Julio Cobos no debate parlamentar da medida, e a galvanização de uma oposição até então espalhada; mas também, a evidência que ‘os ricos também protestam’ (LUCCA; IGLESIAS, 2020, p. 73, tradução nossa).

O fim desta queda do governo de Cristina Fernández já é sabido, a eleição de Mauricio Macri em 2015.

Já o caso brasileiro, seguindo na explanação de Lucca e Iglesias (2020), foi a crise política do governo de Dilma Rousseff que iniciou em julho de 2013 e “catapultou a Jair Bolsonaro a presidência da nação nas eleições de 2018” (LUCCA; IGLESIAS, 2020, p. 75, tradução nossa). A crise apontada pelos autores resume-se nos protestos da população brasileira que iniciou devido ao valor da passagem, acabou tornando-se um movimento de grupos com a ideologia oposta ao governo de Dilma. A conclusão dos autores a estes protestos é que a composição do processo condiz com “a classe média tradicional brasileira, que carrega uma forte marca conservadora e um claro discurso antipetista” (LUCCA; IGLESIAS, 2020, p. 75, tradução nossa). Assim, a consequência final deste processo já é sabida, o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, e a alternância ideológica iniciada com Michel Temer que acarretou na eleição de Jair Bolsonaro. Essa compreensão alinha-se com a de Costa (2018) ao afirmar que

Com a deposição de Dilma em 2016, assumiu o outrora vice-presidente Michel Temer, começando o processo de guinada à direita, a qual foi concretizada nas eleições presidenciais de 2018. Nesse ano, o candidato à presidência Jair Bolsonaro, representante de uma direita conservadora e militar – e também conhecido por suas declarações de cunho machista e homofóbico –, foi eleito (p. 95).

Esta guinada a ideologia de direita e centro-direita também aconteceu em outros países da América do Sul, conforme está exposto no quadro no fim desta seção (Quadro 9), porém é válido ressaltar que a onda conservadora que se formou na região não significa que há consenso político nos países já que as eleições foram marcadas por pleitos acirrados (COSTA, 2018). No Brasil, Bolsonaro foi eleito, no segundo turno, com 55,13% (G1, 2018), na Argentina, Macri

foi eleito com 51,34% (ARGENTINA, 2022a), Piñera foi eleito com 54,57% dos votos (CHILE, s.d.c), estes são alguns exemplos que consolidam que não há consenso ideológico, ponto perceptível na futura alternância de ideológica dos governantes dos países supracitados.

Por fim, devido ao avanço da onda conservadora na América do Sul, foi criada uma nova iniciativa na região, o Foro para o Progresso da América do Sul (Prosul) substituiu a Unasul com uma proposta simplória e genérica para a integração regional (OLIVEIRA CRUZ, 2020), que será aprofundada na seção seguinte. Abaixo, segue o quadro (Quadro 9) com os presidentes que marcam essa etapa da onda conservadora.

Quadro 9 – Presidentes da Onda Conservadora

País	Presidentes
Argentina	Mauricio Macri (2015-2019)
Brasil	Michel Temer (2016-2018) Jair Messias Bolsonaro (2019-2023)
Chile	Sebastián Piñera (2010-2014) e (2018-2022)
Colômbia	Iván Duque (2018-2022)
Paraguai	Mario Abdo Benítez (2018-presente)

Fonte: COSTA (2018)

4.4 O Prosul

A criação do Prosul foi realizada na Cúpula Presidencial de integração Sul-americana, no dia 22 de março de 2019 em Santiago, seu tratado constitutivo foi assinado por representantes de oito países, sendo eles, A Argentina, o Brasil, o Chile, o Paraguai, o Peru, o Equador, a Guiana e a Colômbia. (ANGELO, 2019). Nesta cúpula, foi adotada a Declaração Presidencial sobre a Renovação e o Fortalecimento da Integração da América do Sul, na qual os oito países declaram seis pontos para o futuro da integração regional no âmbito do Prosul.

1. Nossa vontade de construir e consolidar espaço regional de coordenação e cooperação, sem exclusões, para avançar em direção a uma integração mais efetiva que nos permita contribuir para o crescimento, o progresso e o desenvolvimento dos países da América do Sul
2. Nosso reconhecimento à proposta de criar um espaço de diálogo e colaboração sul-americano, o Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL), e instruímos os ministros de Relações Exteriores a aprofundar o diálogo em conformidade com os termos desta Declaração.
3. Que este espaço deverá ser implementado gradualmente, ter estrutura flexível, leve, que não seja custosa, com regras de funcionamento claras e com mecanismo ágil de

tomada de decisões que permita que a América do Sul avance em entendimentos e programas concretos de integração em função dos interesses comuns dos Estados e de acordo com suas próprias realidades nacionais.

4. Que este espaço abordará de maneira flexível e com caráter prioritário temas de integração em matéria de infraestrutura, energia, saúde, defesa, segurança e combate ao crime, prevenção de e resposta a desastres naturais.

5. Que os requisitos essenciais para participar deste espaço serão a plena vigência da democracia e das respectivas ordens constitucionais, o respeito ao princípio de separação dos poderes do estado, e a promoção, proteção, respeito e garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, assim como a soberania e a integridade territorial dos estados, em respeito ao direito internacional.

6. Que a República do Chile exercerá a Presidência Pro Tempore deste processo durante os próximos 12 meses, e, em seguida, a exercerá a República do Paraguai (BRASIL, 2020, n.p.).

Conforme o exposto acima, já cabe alguns destaques, quando no primeiro ponto é dito que será uma integração sem exclusões, há um porém para isso, pois só é possível participar deste projeto se seguir o ponto cinco, ou seja, um Estado só pode tornar-se membro do Prosul se for uma democracia plena, essa pré-condição é relevante para manter a Venezuela de Nicolás Maduro fora do mecanismo de diálogos e concertação (HERNÁNDEZ; MESQUITA, 2020). Aqui já cabe o destaque para um possível posicionamento de ideologização do Prosul. Seguindo o segundo ponto, ao instruir os ministros de relações exteriores a seguir o projeto, o mesmo foi feito, em setembro de 2019 reuniram-se em Nova York os ministros das relações exteriores dos países do Prosul e o representante da Guiana com a intenção de implementar o Foro, neste encontro foi adotada as diretrizes para o funcionamento do Prosul.

A partir das diretrizes é possível compreender o projeto de integração de maneira concreta, permitindo assim analisar sua constituição. Inicialmente está a definição do Prosul, “O Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (adiante “Prosul”) é um mecanismo de coordenação, cooperação e integração regional, sustentado na preservação dos valores democráticos, a promoção das liberdades e o respeito pelos direitos humanos” (PROSUR, 2019, p.2, tradução nossa). Desta maneira o Prosul posicionou-se como um Foro de diálogo e cooperação para a América do Sul, definindo assim a defesa dos valores democráticos, algo que faz questão de ser ressaltado em suas diretrizes, afinal, tem uma cláusula democrática, semelhante à da Unasul, mas como requisito essencial para participação no Prosul, assim está expresso em suas diretrizes

Os países participantes estabelecem como requisitos essenciais para a participação no Foro Prosul os seguintes:

- a) A vigência do Estado de Direito, da Democracia representativa, as eleições livres e de as respectivas ordens constitucionais;
- b) A separação dos Poderes de Estado; e a sujeição da Força Pública a autoridade civil legalmente constituída

- c) A promoção, proteção, respeito e garantia dos direitos humanos e as liberdades fundamentais.
- d) O respeito à soberania e integridade territorial dos Estados, assim como ao direito internacional (PROSUR, 2019, p.3, tradução nossa).

Exposto os objetivos e os requisitos essenciais do Prosul, cabe avançar para as áreas prioritárias de ação do Foro, é posto prioritárias, pois pode ser incorporado outras matérias com aprovação da Reunião de Ministros de Relações Exteriores, portanto, as áreas de trabalho prioritárias são a de infraestrutura, energia, saúde, defesa, segurança e combate ao crime, e ainda, área de gestão de desastres (PROSUR, 2019). Destaca-se que nas diretrizes de funcionamento, não há indicação precisa do que deverá ser discutido, apenas são feitas indicações genéricas, para estas áreas de trabalho, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) permaneceu, como era na Unasul, sendo um dos principais parceiros de apoio ao Foro, por meio da viabilização de reuniões, projetos e estudos (OLIVEIRA CRUZ, 2020). Essas áreas de trabalho do Prosul se dividem em sua estrutura, formada pela Cúpula Presidencial, integrada pelos Chefes de Estado ou quem eles designarem, também há a Reunião de Ministros de Relações Exteriores, cabível nestas reuniões que os ministros realizem acordos políticos que necessitam de maioria absoluta conforme as suas diretrizes (UNASUR, 2019). A partir disso, Hernández e Mesquita (2020) afirmam que o

Prosul não tem o grau de institucionalização e formalização jurídica que a Unasul tinha. Ele é, na verdade, um foro onde a tomada de decisões não teria mais obrigatoriedade derivada dos compromissos assumidos com um caráter puramente político e inclusivo a nível pessoal dos dirigentes, em oposição à formalização institucional em conselhos da Unasul (p.555).

Ainda, como forma de presidência desta estrutura o Prosul utiliza da forma Pro Tempore, onde inicialmente foi o ex-presidente chileno Sebastián Piñera, seguido do ex-presidente colombiano Iván Duque e agora em posse do presidente paraguaio Mario Abdo Benítez. Os dois primeiros citados, Piñera e Duque, foram os principais impulsionadores deste projeto, afinal, não é causalidade que a criação foi realizada em Santiago e foi o país que assumiu a primeira presidência Pro Tempore, seguida do exercício do mandatário colombiano (OMINAMI, 2021). Por fim, o último destaque das diretrizes do prosul é que está previsto a participação dos países da América do Sul que não assinaram o tratado constitutivo, por meio da solicitação do ingresso ao Foro, se os países seguirem os requisitos essenciais já citados nesta seção, e aprovado por unanimidade pela Cúpula Presidencial, é o aceite do país para participar do Prosul, no entanto, os países que não adquirirem o posto de participantes do bloco,

podem ser observadores do mesmo, mas somente na Cúpula Presidencial e na Reunião de Ministros de Relações Exteriores (UNASUR, 2019).

As análises sobre a estrutura do Prosul são diversas, como já foi exposto, a falta de institucionalidade comparada a Unasul é evidente, sua postura de excluir a Venezuela se torna explícito, afinal, ao alegar a cláusula democrática, baseado na declaração de Duque exposta no presente trabalho, que a Unasul era cúmplice da ditadura venezuelana, evidencia uma visão ideológica do bloco, aqui se forma as maiores críticas de diversos autores. Frenkel (2019) afirma que o “Prosul não se propõe agregar um novo prato ao menu de organismos regionais, mas restringir os comensais segundo a afinidade ideológica [...] a Unasul conteve diferentes formas de ver o mundo, Prosul carece de pluralidade” (n.p., tradução nossa), essa carência de pluralidade é o ponto ideológico do Prosul, também motivo de críticas de Hernández e Mesquita (2020, p. 542) “O Prosul, em sua agenda, se assemelha com o órgão que se propõe a substituir (Unasul). Mas se constrói retoricamente como algo diferente que, paradoxalmente, tem a ideologia como principal característica”, e ainda, concluem que,

O Prosul se compôs estrategicamente como um instrumento para desmontar os mecanismos precedentes que representava um tipo de regionalismo ideologicamente diferente ao que se pretende atualmente; nesse sentido, o fato de que efetivamente adquira funcionalidade ou não, deixa de ser relevante, posto que, como estratégia, funcionou para concluir o esvaziamento da Unasul (HERNÁNDEZ; MESQUITA, 2020, p. 559).

Ainda cabe a contribuição de Oliveira Cruz (2020) que expõe os temas que o Prosul não inclui que eram tratados pela Unasul

1. Proposição de mecanismos para a superação das assimetrias regionais e promoção da equidade no processo de integração; 2. Proteção dos recursos hídricos, da biodiversidade e dos ecossistemas; 3. Políticas para a erradicação da pobreza, desigualdade e do analfabetismo; 4. Tentativas para a harmonização de políticas de cooperação sobre migrações e direitos trabalhistas; 5. Integração produtiva; cooperação em projetos de pesquisa, inovação e produção tecnológica; 6. Promoção da diversidade cultural; 7. Intercâmbio de informações sobre defesa (p. 119).

Estes temas são áreas importantes para a evolução da integração regional, ainda mais com as desigualdades regionais, fomentar iniciativas nos campos acima expostos é de interesse para um projeto sólido de integração regional.

Por fim, com a compreensão da criação e estruturação do Prosul acima, faz-se jus buscar compreender as ações concretas que o Foro já realizou. Para isso, busca-se nos documentos oficiais expostos no site do Prosul (2022a; 2022b) que a organização tem 27 projetos ativos –

em etapas de execução e pré-investimento – que somam em investimentos totais U\$S 3.551,4 milhões. Destaca-se o único país com projetos em desenvolvimento dos aprofundados no presente trabalho o qual é o Brasil com 4 projetos em etapas de execução e pré investimento com valores estimados em U\$S 767.016.516,00.

Desta totalidade citada, cabe destacar os projetos em elaboração – já que os não iniciados são incapazes de demonstrar a eficiência do Prosul – realizados no Brasil que estão disposto no quadro abaixo (Quadro 10).

Quadro 10 – Projetos em elaboração no Brasil

Status do Projeto	Setores dos Projetos
Em execução: 2	Transporte: 2
Total de Projetos: 2	

Fonte: TEIXEIRA, 2022

Novamente no Prosul, como já discutido na apresentação dos projetos da Unasul, a área de transporte é destacada nos planos de integração regional, sendo o único âmbito de projetos do Brasil. Destaca-se que os dois programas estão em execução devido a temporalidade do Prosul afinal, são projetos recentes no escopo do bloco.

O gráfico abaixo demonstra de forma aprofundada a matéria de cada projeto.

Gráfico 8 – Projetos em elaboração no Brasil



Fonte: TEIXEIRA, 2022

O gráfico esclarece as áreas específicas de investimento, destacando-se o de transporte aéreo, afinal, essa é uma área que está sendo amplamente desenvolvida nos processos de integração regional atualmente, pela necessidade de ligação rápida entre a região.

Conforme exposto acima, não há projetos no Chile e na Argentina, claro que há de esclarecer que o Prosul esteve em vigência durante a pandemia de Covid-19 que causou atrasos em possíveis projetos no mundo todo, além disso, houve informes sobre a pandemia que o Foro agiria em conjunto, um exemplo disso é a Declaração presidencial de Prosul sobre ações

conjuntas para enfrentar a pandemia de Coronavírus, que relata que há consciência da “conveniência de coordenar ações e de fortalecer a cooperação regional para encarar este desafio de maneira organizada, ágil, efetiva e eficiente” (PROSUR, 2020, n.p., tradução nossa), porém, não houve nenhuma ação concreta, conforme apontado por Ominami (2021)

As ações mútuas para enfrentar a pandemia são inexistentes. No campo sanitário cada país teve que valer-se com seus próprios meios. Não há registro de nenhuma cooperação relevante entre países. Em particular, no caso do acesso as vacinas, toda a informação disponível mostra que são os países que de maneiras estritamente individuais e com muitas dificuldades estão buscando garantir o acesso de sua população (p. 161, tradução nossa).

Desta forma, cabe concluir que parece pouco o que pode contribuir o Prosul a integração sul-americana, afinal, a ideia de que é uma instância que carece de ideologização e de rigidez institucional, compara a sua antecessora, não é somente difícil de sustentar com evidências, mas que tão pouco parece ser uma explicação plausível para o resto dos atores regionais (FRENKEL, 2019). Logo, a compreensão sobre a formação e eficácia do Prosul faz jus para a exposição que será realizada na próxima seção.

4.5 A Unasul e o Prosul atualmente

Após o aprofundamento realizado dos dois projetos de integração regional da América do Sul que o presente trabalho propôs analisar, cabe o último ponto, não menos essencial que os outros, que é o entendimento de como a Unasul e o Prosul estão consistidos na atualidade.

Inicia-se pela Unasul que conforme o exposto de seu desmantelamento, não há pretensão de haver ações atualmente, visto que, não há Cupúla de Chefas e Chefes de Estado e de Governo desde 2014 (ANTUNES, 2021), a sede do parlamento da Unasul que foi inaugurada em setembro de 2018, na Bolívia, com custo de 61,7 milhões de dólares que encontra-se vazio, o prédio é um reflexo da crise que o bloco vive (COSTA, 2018), e claro, o desmantelamento realizado pelos países que são influentes tanto economicamente, quanto politicamente na região, conclui a crise que basicamente acabou com a Unasul. Já que, a instituição encontra-se sem site oficial, ponto que dificulta inclusive pesquisas sobre o projeto, e que no mundo contemporâneo, demonstra um grande sinal de seu insucesso.

Ao abordar o Prosul, conforme a exposição em sua análise, não há grandes realizações concretas do bloco, ao aprofundar-se no site oficial do Foro, nota-se que a Argentina não está incluída em nenhuma das seis áreas de trabalho do bloco, enquanto o Chile, está somente em três, sendo a de saúde, defesa e de segurança, no entanto, Brasil encontra-se em cinco áreas, a

exceção é a área de gestão de riscos e desastres. Demonstra-se isso, para compreensão que o fato de não haver um processo de institucionalização, faz com que os países considerem para o processo de integração, seus interesses comuns e suas realidades nacionais, sem considerar a busca pela diminuição de assimetrias (OLIVEIRA CRUZ, 2020), já que, a participação somente em áreas que convém ao Estado, não engloba a intenção de promoção da região como um todo, mas sim, a iniciativa de estritamente cooperar em campos exclusivos de interesse doméstico, desconsiderando assim, a integração regional como um todo.

Cabe ressaltar que não há um grande futuro para o Prosul, devido as mudanças ideológicas de alguns países, principalmente os aprofundados neste trabalho, no caso a eleição de Alberto Hernández na Argentina, a saída de Sebastián Piñera no Chile, a derrota de Jair Bolsonaro no Brasil, parece claro que o Prosul não será um projeto duradouro, será, possivelmente, um episódio mais na grande história de frustrações que regista o processo de integração da região (OMINAMI, 2021). Sendo assim, conforme apontado por Frenkel (2019)

Prosul representa uma anomalia para as bibliotecas do regionalismo latino-americano. Em primeiro lugar, sua criação não significa agregar uma nova sigla ao quebra-cabeças da integração latino-americana, mas substituir a outra existente: a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) (n.p., tradução nossa).

Em resumo, o papel principal do Prosul foi substituir a Unasul, ponto que pode se afirmar que foi realizado com sucesso, porém, há expectativa que será um bloco que vai ter curta duração devido, tanto ao seu viés ideológico, quanto a sua baixa condição como instituição.

Por fim, o presente trabalho teve o intuito de demonstrar, por meio do embasamento teórico conjugado com a análise dos dois blocos regionais, como a política doméstica influencia na política externa dos Estados – por meio das obras de Hermann (1990), Hermann (2001) e de ambos (1989) – fato que é explicitado na obra, no ponto de alternâncias políticas, e consequentemente ideológicas, dos governantes dos três países aprofundados, a Argentina, o Brasil e o Chile, dentro da temporalidade definida (2008-2022).

Conforme os conceitos propostos pelos autores supracitados, os três países encaixam-se nas unidades de decisão final expostas no trabalho, seja a do grupo único, ou a de múltiplos atores autônomos, visto que, os três países seguem a estrutura de república presidencialista, sendo assim, os governos definem a qual grau será realizado as resoluções das problemáticas. Destaca-se o exemplo brasileiro, que se encaixa no processo de múltiplos atores autônomos, afinal, a decisão pode passar pelo Ministério de Relações Exteriores, chegar ao Presidente da República e ainda ser aceita pelo Congresso Nacional. Este exemplo é cabível para os três

países, assim, da mesma forma que pode ser tomada por um grupo único, como um conselho formado por integrantes a serem escolhido pelo Presidente da República, com o intuito de resolver alguma problemática. Em síntese, o que deve ser compreendido de tal explanação, é que a alternância ideológica nos países, ou seja, a alteração da política doméstica, interfere diretamente na política externa do país, afinal, mudam-se os atores, ou os grupos, modificam as decisões.

Portanto, é notável ao longo da análise, quanto o alinhamento dos presidentes considerados de centro-esquerda – Cristina Kirchner, Luiz Inácio Lula da Silva e Michelle Bachelet, e posteriormente, Dilma Rousseff – contribuíram para a construção da Unasul, e da mesma forma, o fenômeno intitulado de Onda Rosa, contribuiu para evoluir este bloco. Entretanto, no momento em que governantes opositoristas foram eleitos, o processo de integração regional foi alterado, estes governantes considerados de centro-direita – Mauricio Macri, Sebastián Piñera e Jair Bolsonaro – chegaram ao poder por meio de manifestações populares, e constituíram o fenômeno intitulado de Onda Conservadora, propiciando assim, o desmantelamento do órgão criado pelos seus opositores ideológicos, e instituindo o Prosul como novo bloco de integração regional. Estabelecendo assim, na prática, um dos pontos teóricos do trabalho, que a política doméstica afeta a política externa. Aqui destaca-se a o papel de Michel Temer, que apesar de não ter tido um papel importante na integração regional, teve um destaque primordial para a alteração política no Brasil, afinal, foi a partir dos protestos populares que culminaram no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, que o país alterou-se ideologicamente resultando na eleição de Jair Bolsonaro.

A partir disso, foi realizado a exposição teórica sobre os conceitos de política externa ideológica e pragmática, e como os dois conceitos podem coexistir, baseado na obra de Gardini (2022). A intenção com a presente análise é demonstrar que a política externa na América do Sul, tem fortes vieses ideológicos, visto que os processos de integração agem rapidamente quando há alinhamento ideológico na região, porém, o pragmatismo não é deixado de lado. Visto que, mesmo nas alternâncias ideológicas, os países tendem a manter-se próximos, afinal, na alteração da Unasul para o Prosul, os três países com maior influência econômica na região – Argentina, Brasil e Chile – mantiveram-se unidos. Portanto, é notável como há coexistência nas políticas externas ideológicas e pragmáticas no subcontinente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou demonstrar como a ideologia influencia a integração regional na América do Sul, a partir da problemática exposta no trabalho, foram propostas duas hipóteses, as quais se dispuseram ao longo de quatro objetivos. Para responde-las, iniciou-se apresentando a evolução da integração regional na região. Na qual constatou-se que os planos de uma integração no subcontinente vêm desde os primórdios do século XIX, com a tentativa de Símon Bolívar de integrar todo o continente americano. Sendo assim o enfoque da retomada histórica se deu a partir do século XX, destacando as formações integracionistas que obtiveram destaque na região, logo, recorda-se da CEPAL, importante movimento para a evolução da integração da região, já que produziu trabalhos com a perspectiva dos países periféricos, e como poderiam se opor as grandes potências mundiais, assim, surgiu uma nova visão que promovia o desenvolvimento da América Latina como um todo.

Este desenvolvimento resultou em organizações, como a ALALC, o CAN, a ALADI e o Mercosul, destaque nos processos de integração, pois é um projeto regional que partiu do alinhamento de políticas neoliberais que marcou o final do século XX. Devido a esta evolução, o século XXI começa com otimismo sobre os processos integracionistas, muito devido ao processo de alternância política da região, no qual o neoliberalismo deu espaço aos governos progressistas, que relançaram os projetos de integração regional, utilizando de seus alinhamentos como um facilitador para execução das propostas. Esta exposição tratou de resolver o primeiro objetivo.

Diante disso, se fez necessário apresentar e delimitar o embasamento teórico para a realização da análise, a qual se deu a partir do conceito de integração regional, o qual ficou claro ser um processo com diversas definições, porém, chega-se a alguns consensos, por exemplo, os atores envolvidos na integração devem obter alguma vantagem, que há divergências políticas nas ações integracionistas e pode ser um projeto englobando várias áreas, não somente econômico, mas sim, atuando em escopos distintos, como os sociais ou políticos. Logo, tanto a Unasul e o Prosul são exemplos sólidos da integração regional na América do Sul, assim, para compreender a análise primordial deste trabalho, foi exposto as delimitações teóricas para a díade entre esquerda e direita, e ainda, a definição dos espectros ideológicos dos governantes da Argentina, Brasil e Chile que atuaram entre 2008 e 2022.

Com o fito de definir por meio científico a dicotomia entre esquerda e direita, se fez necessário explorar o conceito de ideologia para, a partir disso, apresentar as definições para a díade primordial ao trabalho. Logo, aprofundou-se no conceito de ideologia fraca a definição

de ideologia como o sistema de crença político que representa a união de ideias e valores da ordem pública executando a função de orientar comportamentos políticos coletivos. Portanto, ficou claro com tal delimitação que a ideologia pode variar de acordo com a crença política da sociedade em um momento distinto, que é refletida no governo eleito pela sociedade.

Assim, se fez possível avançar para a definição dos espectros ideológicos, o qual dois dos quatro espectros expostos no trabalho, foram utilizados nos governantes, o de centro-esquerda e o de centro-direita. Portanto, em síntese, o espectro de centro-esquerda é definido por crer na igualdade da sociedade, sua convicção se pauta nas desigualdades serem sociais, podendo assim desaparecer. Já o espectro de centro-direita, creem que as desigualdades são naturais, portanto, acredita que deve conservar as tradições enquanto vê a desigualdade como um acontecimento imutável. A partir disso, definiu-se os espectros políticos dos governantes dispostos neste trabalho, concluindo assim o segundo objetivo proposto na presente obra.

Estabelecido os padrões para traçar os alinhamentos ideológicos explorados na análise, apresentou-se como a política doméstica pode alterar a política externa, buscando assim, embasamento científico para uma questão que é sabida popularmente, logo é perceptível que quando há uma alternância de interesses na sociedade, pode ser dado por diversos fatores, há uma alternância política, como já foi visto a ideologia é um conjunto de valores e crenças dos indivíduos, que somados, tornam-se os valores e crenças da população, é passível a conclusão de que uma alteração do governante, que causa mudança na ideologia, é uma modificação ideológica do população, ou seja, a política doméstica é alterada, causando assim, a alteração ideológica também na política externa, pois, o reflexo do espectro ideológico predominante na sociedade é carregado junto ao seu representante.

Esclarecido que o sistema político doméstico é uma condição que promove o redirecionamento da política externa, foi apresentado o conceito de política externa ideológica e pragmática, cabendo ao governo decidir qual postura irá adotar perante o sistema internacional. Ambas posturas têm seus ganhos e problemas, logo, foi explorado também a coexistência dos dois conceitos, afinal, um país pode preferir pautar-se ideologicamente em um problema e pragmaticamente em outro, sendo assim, conclui-se que os países podem posicionar-se nos dois conceitos, expondo a complexidade das questões de política externa, no entanto, ressaltando que a ideologia e o pragmatismo são complementares na política externa dos países. Conforme a exposição realizada, encontra-se o terceiro objetivo do presente trabalho, o qual atingido, permitiu que a análise prática fosse possível.

Por fim, realiza-se a análise proposta, com os casos da Unasul e do Prosul aprofundados, atenta-se para como os dois projetos de integração regional foram criados, por meio de

alinhamentos ideológicos. Tais alinhamentos estão expostos no presente trabalho, podendo assim atingir-se os pontos os quais as hipóteses procuraram atingir. Afinal, ao realizar a apresentação, deixando claro que a Unasul foi criada em meio da Onda Rosa, o alinhamento de governos de centro-esquerda, e o Prosul em meio à Onda Conservadora, o alinhamento de governos de centro-direita. Dito isso, ficou esclarecido como a Unasul sofreu um processo de desmantelamento, sendo um dos pontos essenciais para o progresso na criação do Prosul, isto condiz com a crença que o principal objetivo do Prosul foi substituir a Unasul.

Diante disso, apresentou-se como os blocos regionais encontram-se atualmente, destacando o fato que a Unasul não tem mais site oficial, está sem reuniões de Cúpula desde 2014 e seu parlamento inaugurado em 2018 está vazio, ou seja, atualmente a Unasul é inexistente. Já o Prosul, conforme exposto na análise deste trabalho, ressalta-se a suspeita de que é um bloco com o fim esperado, devido as alternâncias ideológicas da região, já que os criadores do projeto não estão mais no poder, e sim seus opositores, não há um sinal otimista de que o Prosul será uma proposta integracionista duradoura. Conforme o exposto acima, finaliza-se a realização do quarto e último objetivo deste trabalho, permitindo assim a explanação completa que permitiu atingirmos as respostas para as hipóteses propostas.

Com os objetivos do presente trabalho atingidos, foi possível realizar a testagem de hipóteses, conforme o proposto na metodologia desta monografia, a descrição contextual foi realizada com a apresentação de como se deu a criação da Unasul e do Prosul, já explicitado nesta seção, enquanto o segundo ponto que a metodologia procurou abordar, é a testagem de hipóteses, sendo assim, cabe lembrar quais foram as duas hipóteses que foram propostas: o alinhamento ideológico em comum na América do Sul é um forte propulsor da integração regional; a política externa ideológica predomina na América do Sul perante o pragmatismo.

A partir da reflexão teórica, prática e discursiva fundamentada em autores acadêmicos, diante de todo exposto e dos objetivos atingidos, evidenciou-se a confirmação das duas hipóteses. Uma vez, na primeira hipótese, quando houve alinhamentos ideológicos na região resultou na criação dos projetos de integração regional analisados neste trabalho, assim como, na segunda hipótese, quando se alterou a ideologia predominante na região, visto na Onda Conservadora, mudou o projeto de integração regional, causando inclusive no desmantelamento do projeto anterior. Portanto, o alinhamento ideológico foi um forte propulsor para a integração regional, conforme visto na análise, e a política externa na América do Sul predominou a ideologia perante o pragmatismo, visto que, alterou o processo integracionista da região, partindo de um bloco institucionalizado para um foro de discussões.

Por fim, salienta-se a importância de haver um trabalho com a presente temática com um caráter científico, de pautas que são corriqueiramente debatidas, tanto popularmente, quanto por meios de mídia, sendo um ponto que interfere na inserção internacional da região, principalmente quando pautado o posicionamento a longo prazo. Assim, amplia-se a discussão para futuros trabalhos, visto que, houve eleições no corrente ano de 2022, que demonstram que haverá um novo alinhamento ideológico se formando na região, logo, tendo em perspectiva o exposto ao longo desta pesquisa, é possível que haja novas alterações nas políticas externas na América do Sul. Ressalta-se que não se objetivou exaurir a temática, que é atualizada constantemente, devido a contemporaneidade da dinâmica analisada e as alterações que são regulares nas conjunturas de Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. D. Integração Regional e Inserção Internacional dos países da América do Sul: evolução histórica, dilemas atuais e perspectivas futuras. **Instituto Fernando Henrique Cardoso**. 2008. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/files/papers/407.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.
- ANGELO, T. Novo bloco sul-americano, Prosul “já nasce excludente”, diz especialista. **Brasil de Fato**, São Paulo, 22 de mar. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/22/novo-bloco-sul-americano-prosul-ja-nasce-excludente-diz-especialista>. Acesso em: 24 nov. 2022.
- ANTUNES, D. O processo de declínio da Unasul: causas e consequências para o regionalismo sul-americano. **Estudos Internacionais**, v. 9, n. 1, p. 131-149, 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/22988/18083>. Acesso em: 24 nov. 2022.
- ARGENTINA. Ministerio del Interior. **Elecciones 2015**. 2022a. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultadosyestadisticas/2015#13>. Acesso em: 19 out. 2022.
- ARGENTINA. Ministerio del Interior. **Elecciones 2019**. 2022b. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultados-y-estadisticas/elecciones-2019>. Acesso em: 26 out. 2022.
- ARMENDÁRIZ, A. Para el vicepresidente de Brasil, la relación con la Argentina será positiva más allá del resultado de las elecciones. **La Nación**, Rio de Janeiro, 15 de jul. 2019, el mundo. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/para-vicepresidente-brasil-relacion-argentina-sera-positiva-nid2267890/>. Acesso em: 23 out. 2022.
- BACHELET, M. J. **Discurso Presidenta Michelle Bachelet**. Santiago, 11 de mar. 2006. Disponível em: http://www.archivochile.com/Chile_actual/Elecciones_2005/Bachelet/11_03_2006.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.
- BANCO MUNDIAL. **Databank**. GDP 2021. 2022. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/>. Acesso em 15 out. 2022.
- BARNABE, Israel Roberto. **Unasul: desafios e impotência política**. Mural Internacional, [S.I.], v. 2, n. 1, p. 40-48, jun. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5380/3943>. Acesso em: 23 nov. 2022.
- BARROS, P. S. D. A. **Ações e discursos dos governos de esquerda e de direita no brasil: “o simbolismo dos cem primeiros dias”**. Sumé, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/10904/PAULO%20S%C3%89RGIO%20DE%20AZEVEDO%20BARROS%20-%20TCC%20GEST%C3%83O%20P%C3%9ABLICA%202019.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 out. 2022.

BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE. **Michelle Bachelet Jeria**: Presidentes de la República de Chile. s.d.a Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/wiki/Michelle_Bachelet_Jeria. Acesso em: 20 out. 2022.

BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE. **Partido, movimientos y coaliciones**: Coalición por el Cambio. s.d.b. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Coalici%C3%B3n_por_el_Cambio. Acesso em: 22 out. 2022.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP, 3ª ed., 2011.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UNB, 11ª ed., v.1, 1998.

BOLSONARO, J. M. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na formatura do Instituto Rio Branco**. Brasília, 3 de maio, 2019. In: BRASIL. Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG. [online]. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-formatura-do-instituto-rio-branco>. Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 4.210, de 24 de abril de 2002**. Promulga o protocolo de Ushuaia sobre compromisso democrático no Mercosul, Bolívia e Chile. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4210.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto Legislativo n. 175, de 2018** - Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL sobre Compromisso com a Democracia, assinado em Georgetown, em 26 de novembro de 2010. Brasília, DF: 14 dez. 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2018/decretolegislativo-175-14-dezembro-2018-787448-protocolo-156957-pl.html>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Denúncia do tratado constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)** [online]. Brasília, DF, 15 abr. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/denuncia-do-tratado-constitutivo-da-uniao-de-nacoes-sul-americanas-unasul. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração Presidencial sobre a Renovação e o Fortalecimento da Integração da América do Sul** [online]. Brasília, DF, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/mecanismos-internacionais/declaracao-presidencial-prosul>. Acesso em: 24 nov. 2022.

BRIONES, S; DOCKENDORFF, A. Continuidad y cambio en la política exterior chilena en el gobierno de Sebastián Piñera (2010-2014). **Estudios Internacionales**. Santiago, v. 47, n.

180, p. 115-138, 2015. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0719-37692015000100006&script=sci_abstract. Acesso em: 23 out. 2022

CANTAMUTTO, F.; SCHORR, M. El gobierno de Alberto Fernández: balance del primer año de gestión. Una mirada desde la economía política. **Revista electrónica de estudios latinoamericanos**, v. 20, n. 78, p. 66-90, 2022. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/elatina/article/view/7214/0>. Acesso em: 26 out. 2022.

CEPAL. **Comissão econômica para América Latina e o Caribe**. Mandato e Missão, 2000. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/mandato-y-mision>. Acesso em: 16 out. 2022.
CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed., rev e ampl. Brasília: UnB, 2011.

CERVO, A. A marcha lenta da América Latina no século XXI. **Austral: revista brasileira de estratégia e relações internacionais**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, jan./jun. 2016, p. 11-32, 2016.

CHILE. Ministerio del Interior. **Elección de presidente 2005**. s.d.a. Disponível em: https://historico.servel.cl/SitioHistorico/index2005_p2v.htm. Acesso em: 21 out. 2022.

CHILE. Ministerio del Interior. **Elección de presidente 2009**. s.d.b. Disponível em: https://historico.servel.cl/SitioHistorico/index2009_p2v.htm. Acesso em: 23 out. 2022.

CHILE. Servicio Electoral de Chile. **Elección de presidente 2017**. s.d.c. Disponível em: <https://historico.servel.cl/servel/app/index.php?r=EleccionesGenerico&id=216>. Acesso em: 23 out. 2022

COLOMBIA. Cancillería de Colombia. **Colombia oficializó su retiro de Unasur** [online]. Bogotá, D.C., 27 ago. 2018. Disponível em: <https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/colombia-oficializo-su-retiro-unasur>. Acesso em: 24 nov. 2022.

COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES [online]. Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/285-Comunidade_Sul-Americana_de_Nacoes.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.

COSIPLAN. **Sistema de información de proyectos**, 2016. Disponível em: <http://iirsa.org/proyectos/>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

COSTA, J. F. D. **Integração regional na América Latina: A Unasul no contexto de ascensão e queda dos governos de esquerda**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Estadual Paulista. 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/182097>. Acesso em: 20 de nov. 2022.

DOMINGUEZ, J. Las relaciones contemporáneas Estados Unidos-América Latina: entre la ideología y el pragmatismo. **Foreign Affairs en Español**, outubro–dezembro, v. 7, n. 4, p. 3-10, 2007. Disponível em: <https://revistafal.com/numeros-antiores/fal-07-4/>. Acesso em: 22 out. 2022.

EAGLETON, T. **Ideologia: Uma introdução**. Unesp, 1997.

FERNÁNDEZ, A. A. **Palabras del presidente de la nación, Alberto Fernández, en su acto de asunción, en el congreso de la nación**. Casa Rosada Presidencia, Buenos Aires: 10 de dez. 2019. Disponível em: <https://www.caserosada.gob.ar/informacion/discursos/46596-palabras-del-presidente-alberto-fernandez-en-su-acto-de-asuncion-ante-la-asamblea-legislativa>. Acesso em: 26 out. 2022.

FOLHA. **Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso**, 1 de jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>. Acesso em: 15 out. 2022.

FRENKEL, A. Prosur: el último Frankenstein de la integración sudamericana. **Nueva Sociedad** [online], jun. 2019. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/prosur-integracion-america-latina-derecha-alianza/>. Acesso em 24 nov. 2022.

G1. **Sebastián Piñera é eleito presidente do Chile pela 2ª vez**. 17 de dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/sebastian-pinera-e-eleito-presidente-do-chile.ghtml>. Acesso em: 23 out. 2022.

G1. **Jair Bolsonaro é eleito presidente com 57,8 milhões de votos**. 29 de out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/presidente.ghtml>. Acesso em: 24 nov. 2022.

GARDINI, G. L. Latin American foreign policies between ideology and pragmatism: A framework for analysis. In: **Latin American foreign policies**. Palgrave Macmillan, New York, 2011. p. 13-33. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1057/9780230118270_2. Acesso em: 23 out. 2022.

GOMES, Gabriel Jamur. O processo de integração sul-americana a partir da comunidade sul-americana de nações. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, dez. 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/7009/4986>. Acesso em: 23 nov. 2022.

GRANATO, L. **Brasil, Argentina e os rumos da integração: o Mercosul e a Unasul**. Curitiba: Appris, 2015.

HERMANN, C.F.; HERMANN, M. G. Who makes foreign policy and how: an empirical inquiry. **International Studies Quarterly**. Vol. 33, n. 4, 1989, p. 361-387. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5452919/mod_resource/content/1/hermann_hermann_1989.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.

HERMANN, C. F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**. v. 34, n. 1, 1990, p. 3-21. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2600403>. Acesso em: 22 out. 2022

HERMANN, M. G. How decision units shape foreign policy: A theoretical framework. **International Studies Review**, v. 3, n. 2, p. 47-81, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3186565>. Acesso em: 22 out. 2022

HERNÁNDEZ, L. G; MESQUITA, B. D. C. M. Da Unasul ao Prosul: (contra)dinâmicas na integração regional e suas consequências acumulativas. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 9, n. 18, p. 538-563, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/11972>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

HERZ, M; HOFFMANN, A. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HONÓRIO, K. IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana. **Observatório de Regionalismo**, 10 abr. 2017. Disponível em: <http://observatorio.repri.org/glossary/iniciativa-para-a-integracao-da-infraestrutura-regional-sulamericana-iirsa/>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto – PIB**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20PIB%20%C3%A9%20a%20soma,R%24%208%2C7%20trilh%C3%B5es>. Acesso em: 15 out. 2022

IIRSA. **COMUNICADO DE BRASÍLIA**, 2000. Disponível em: http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/comunicado_brasilia_esp.pdf. Acesso em: 22 de nov. 2022.

KIRCHNER, C. F. **Discurso de la Presidenta Cristina Fernández de Kirchner en la Asamblea Legislativa**. Casa Rosada Presidencia, Buenos Aires: 10 de dez. 2007. Disponível em: <https://www.caserosada.gob.ar/informacion/archivo/16462-blank-35472369%20-%20Discurso%20de%20posse%20Cristina>. Acesso em: 20 nov. 2022.

KIRCHNER, N. C. **Discurso de asunción del Presidente Néstor Kirchner**. 25 de maio de 2003. Disponível em: <https://www.cfkargentina.com/discurso-de-asuncion-del-presidente-nessor-kirchner-a-la-asamblea-legislativa-el-25-de-mayo-del-2003/>. Acesso em: 18 out. 2022.

LAGOS, R. Dos conceptos clave de la renovación socialista en Chile. **Nueva Sociedad**, n.º. 101, maio-jun, 1989, p. 114-124. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/1765_1.pdf. Acesso em 20 out. 2022

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos da metodologia científica**. Ed. 5, São Paulo: Atlas, 2003.

LANDMAN, T. **Issues and Methods in Comparative Politics: An Introduction**. Ed. 2 New York: Routledge. 2003.

LUCCA, J. B; IGLESIAS, E. La derecha conservadora y las acciones colectivas en el siglo XXI sudamericano. In: **Los nuevos rostros de la derecha en América Latina: desafíos conceptuales y estudios de caso**. Santa Fe: Universidade Nacional del Litoral p. 69-75, 2020. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/162154/CONICET_Digital_Nro.0c3a2565-9d3e-43bf-ba93-722049798001_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 24 nov. 2022.

LULA DA SILVA, L. I. **Pronunciamento da República, Luiz Inácio Lula da Silva em sessão solene de posse no Congresso Nacional**. Brasília, 01 jan. 2003. In: BRASIL.

Presidência da República. Biblioteca. [online]. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato>. Acesso em: 20 de nov. 2022.

MACRI, M. **Palabras del Presidente de la Nación, Mauricio Macri, ante la Asamblea Legislativa en el Congreso de la Nación**. Casa Rosada Presidencia, Buenos Aires: 10 de dez. 2015. Disponível em: <https://www.caserosada.gob.ar/informacion/discursos/35023-palabras-del-presidente-de-la-nacion-mauricio-macri-ante-la-asamblea-legislativa-en-el-congreso-de-la-nacion>. Acesso em: 19 out. 2022

MATSUI, N. **Em 2 anos, Temer recebeu 2/3 de apoio em votações importantes**. 16 de maio, 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/em-2-anos-temer-recebeu-23-de-apoio-em-votacoes-importantes-na-camara/>. Acesso em: 26 out. 2016

MENDES, G; GRAÇA, L. F. G. A diferenciação ideológica na política externa partidária eleitoral: PSDB, PT e MDB (1994-2018). **Revista Brasileira de Ciência Política** [online], n. 31, p. 83-122, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/6MDnqTxYjVZS6jqrzCj843N/?lang=pt#>. Acesso em: 26 out. 2022.

MENEZES, A. D. M; PENNA FILHO, P. **Integração Regional: Os blocos econômicos nas relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MESQUITA, R. Regionalismo, integração regional e as relações internacionais. **Revista de estudos internacionais**, São Paulo, v. 10, p. 3-29, 2019.

MIGUEZ, M. C. La política exterior Argentina y su vinculación con los condicionamientos internos en el siglo XXI. **Relaciones Internacionales**, v. 89, n. 2, p. 125-142, 2016. Disponível em: www.revistas.una.ac.cr/index.php/ri/article/view/9067. Acesso em: 24 out. 2022.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Estatuto**, 2022. Disponível em: <https://www.mdb.org.br/estatuto/>. Acesso em: 26 out. 2022.

NERY, T. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. spe3, p. 59-75, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/qJc4qDsjqyYNTyPtGHm9Shm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 de nov. 2022.

OLIVEIRA CRUZ, D. A. M. Os rumos da integração regional no subcontinente: da Unasul ao Prosul, o que mudou?. **Revista de Geopolítica**, v. 11, n. 4, p. 111-122, 2020. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/306/260>. Acesso em: 24 nov. 2022.

OMINAMI, C. Prosur: ¿integración o revancha ideológica?. **Nueva Sociedad** [online], n. 291, jan-fev, 2021. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/prosur-integracion-o-revancha-ideologica/>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores**, 2017. Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/03/estatuto-pt-2012-versao-final-alterada-junho-2017.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

PARTIDO JUSTICIALISTA. **Site oficial**. Buenos Aires: s.d.. Disponível em: <http://www.pj.org.ar/>. Acesso em: 18 out. 2022.

PARTIDO SOCIALISTA DE CHILE. **Declaración de principios del Partido Socialista de Chile**. Santiago: 2016. Disponível em: <https://portal.pschile.cl/wp-content/uploads/2019/04/Declaraci%C3%B3n-de-Principios.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

PENNA FILHO, P; MENEZES, A. D. M. **Integração Regional: os blocos econômicos nas Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PIÑERA, Sebastián. **Mensaje presidencial 21 de mayo 2010**. Valparaíso, 21 de maio 2010. Disponível em: <http://2010-2014.gob.cl/21-de-mayo-2010/mensaje-presidencial-21-de-mayo-2010/>. Acesso em: 23 out. 2022

PROSUR. **Declaracion presidencial de prosur sobre acciones conjuntas para enfrentar la pandemia del coronavirus**. 2020. Disponível em: <https://foroprosur.org/wp-content/uploads/2020/09/Declaraci%C3%B3n-Presidencial-1era-Coronavirus.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022

PROSUR. **Cartera de proyectos Prosur consolidado**. 2022a. Disponível em: https://foroprosur.org/wp-content/uploads/2022/08/PROSUR_Proyectos_Integracion.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022

PROSUR. **Cartera de proyectos de integración de Brasil**. 2022b. Disponível em: https://foroprosur.org/wp-content/uploads/2022/08/Brasil_Proyectos.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.

RODRIGUEZ, L. M. R. As eleições da mudança: Chile 2009/2010. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 6-12, 2010. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4303/2010_rodriguez_eleicoes_mudanca_chile.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 out. 2022.

ROUSSEFF, D. **Integra do discurso da presidente Dilma Rousseff na cerimônia de posse**. Brasília, 01 de jan. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>. Acesso em: 15 out. 2022.

SILVA, F. P. D. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista Sures**, n. 5, p. 67-94, 2015. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/295/279>. Acesso em: 20 de nov. 2022.

SILVA, G. J. Conceituações teóricas: esquerda e direita. **Humanidades em diálogo**, v. 6, p. 149-162, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/download/106265/104928>. Acesso em: 07 Mai. 2022.

SILVA, J. D; LIMA, J. E. F. Análise do discurso de posse do presidente Jair Messias Bolsonaro. **Revista Humanidades e Inovação**, v.8, n.38, p.349-362. 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3443>. Acesso em: 15 out. 2022.

TAGINA, M. L. Argentina, Kirchnerismo y Después: la alternancia electoral de 2015. In: ALCÁNTARA, M; BUQUET D; TAGINA, M. L. (org.). **Elección y partidos en América Latina en el cambio de ciclo**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2018. P. 21-45. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=qMdeDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA21&dq=info:uKnXacLXL0MJ:scholar.google.com&ots=QfeOSJAcX5&sig=dfDb8GkBqLWKLUtCKQczWsE48&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 19 out. 2022.

TEMER, M. **Leia a íntegra do discurso de posse do presidente interino Michel Temer**. Brasília, 12 de maio, 2016. In: FOLHA. [online]. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770780-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-interino-michel-temer.shtml>. Acesso em: 26 out. 2022

UNASUL. **Estatuto do COSIPLAN**, 2010. Disponível em: http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/rp_guyana10_estatuto_del_cosiplan.pdf. Acesso em: 22 de nov. 2022.

UNASUL. Decisión No. 26/2012 Reunión extraordinaria del consejo de jefas y jefes de Estado y de Gobierno de UNASUR. **Revista del Centro Andino de Estudios Internacionales**, n. 13, p.219-220, 2013. Disponível em: <https://revistas.uasb.edu.ec/index.php/comentario/article/view/55/66>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

UNASUL. **Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas** [online], Brasília, DF, 23 maio 2017?. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativaa_unasula_2017.pdf. Acesso em: 20 de nov. 2022.

VERGARA, E. **Chile gira a la derecha con la asunción de Piñera**. AP News, Santiago, 11 de mar. 2018. Disponível em: <https://apnews.com/article/388fb22cc7a145189beea045d83551a9>. Acesso em: 23 out. 2022.

VIANINI, F. M. N. **A trajetória Econômica da Argentina: 1989 – 2007**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppghistoria/files/2012/04/Fernando-Marcus-Nascimento-Vianini.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022